

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-C-16

08

Curso C-PEM/86

Partido

Solução do P-III-5 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

.....
LUCIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

.....
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

.....
NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

1986

2-e-16

4



OSTENSIVO

— O PENSAMENTO DOS PRINCIPAIS GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS —

LUCIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1986



— O TRABALHO DOS PRINCIPAIS ECONOMISTAS DO BRASIL —

INFORME LÍNGUA PT BRITÂNICA

Capítulo de Economia

INSTITUTO DE ECONOMIA

ESCOLA DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

Í N D I C E

	FOLHA
Lista de Figuras.....	V
Introdução.....	VII
CAPÍTULO 1 - PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITUAÇÃO.....	1
- SEÇÃO I - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS AUTORES E DE SUAS OBRAS.....	1
- SEÇÃO II - CONCEITUAÇÃO CORRENTE.....	4
- SEÇÃO III - A QUESTÃO DO ESPAÇO GLOBAL.....	6
- SEÇÃO IV - UMA TENTATIVA DE REVISÃO DOS CONCEITOS TRADICIONAIS.....	7
- SEÇÃO V - CONCLUSÃO.....	15
CAPÍTULO 2 - ROTEIRO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL.....	17
- SEÇÃO I - PROCESSOS GEOPOLÍTICOS NA FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE.....	17
- SEÇÃO II - O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA E SUA VISÃO GEOPOLÍTICA.....	22
- SEÇÃO III - ESBOÇOS GEOPOLÍTICOS PARA O BRASIL DE HOJE.....	25
- SEÇÃO IV - CONCLUSÃO.....	30
CAPÍTULO 3 - ANOTAÇÕES PARA UMA PROSPECTIVA GEOPOLÍTICA DO BRASIL.....	31
- SEÇÃO I - BRASIL, CONTINENTAL OU MARÍTIMO?.....	31
- SEÇÃO II - A MALHA HIDROVIÁRIA.....	37
- SEÇÃO III - O OCEANO E A PLATAFORMA CONTINENTAL.....	42
- SEÇÃO IV - CONCLUSÃO.....	47
ANEXO A - UMA GEOPOLÍTICA HIDROVIÁRIA.....	A-1
ANEXO B - UMA GEOPOLÍTICA HIDRELÉTRICA.....	A-5
ANEXO C - UMA GEOPOLÍTICA DE RECURSOS DO MAR.....	A-8
BIBLIOGRAFIA.....	A-13

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº	TÍTULO	FOLHA
1	QUADRO: CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA, DE AUTORES BRASILEIROS.....	5-A
2	QUADRO: CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA E OUTRAS ANOTAÇÕES, DE AUTORES ESTRANGEIROS.....	5-B
3	QUADRO: CONCEITOS "ESPACIAIS" DE GEOPOLÍTICA.....	7-A
4	QUADRO: ELEMENTOS PARA REVISÃO DOS CONCEITOS TRADICIONAIS DE GEOPOLÍTICA.....	13-A
5	SISTEMA "GEO-NACIONAL".....	13-B
6	COMPARAÇÃO DA GEOPOLÍTICA COM A LINGÜÍSTICA.....	13-C
7	QUADRO: OBJETO DA GEOPOLÍTICA, A PARTIR DE ANÁLISE DA ESTRUTURA DE ALGUMAS DEFINIÇÕES	15-A
8	CONCEITO DE GEOPOLÍTICA.....	15-B
9	A TECNOLOGIA E OS PODERES.....	16-A
10	CINTURÃO DEFENSIVO.....	20-A
11	FAIXAS OU CENTROS FORMADORES DE FRONTEIRAS	20-B
12	A POSIÇÃO DA CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU NA AMÉRICA DO SUL.....	27-A
13	SÍNTESE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERATIVA ITAIPU-CORPUS (19-10-79).....	28-A
14	ÁREAS FRONTEIRICAS DE IRRADIAÇÃO.....	30-A
15	QUADRO: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO.....	30-B
16	INTERAÇÃO DA ZONA DE CONVERGÊNCIA INTER-TROPICAL COM AS ZONAS DE CONVERGÊNCIA FRONTEIRAS, NA PRIMAVERA.....	38-A
17	INTERAÇÃO DA ZONA DE CONVERGÊNCIA INTER-TROPICAL COM AS ZONAS DE CONVERGÊNCIA FRONTEIRAS, NO OUTONO.....	38-B
18	BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIRAS.....	39-A
19	DISTRIBUIÇÃO MÉDIA ESPACIAL DAS ÁGUAS.....	39-B
20	PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRÁULICA.....	40-A

FIGURA Nº	TÍTULO	FOLHA
21	QUADRO: ALGUNS FATORES DA REALIDADE CON- TEMPORÂNEA QUE MODIFICARAM A EXPECTATIVA ESTRATÉGICA GOLBERYANA DOS ANOS 50/60. I - CONTRADIÇÕES DO MUNDO COMUNISTA.....	44-A
22	QUADRO: ALGUNS FATORES ... II - CONTRADI- ÇÕES DO MUNDO OCIDENTAL.....	44-B
23	QUADRO: ALGUNS FATORES ... III - OUTROS FA- TORES RELEVANTES.....	44-C
24	QUADRO: ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO HIDROVIÁ- RIA E OCEÂNICA.....	49-A
25	HISTOGRAMA COMPARATIVO ENTRE OS ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS DO DEPVIA, DO DNER, DA RFFSA E DA CBTU PARA 1986.....	A-1-A
26	LIGAÇÃO DE BACIAS.....	A-4-A
27	INTERCONEXÃO FLUVIAL SUL-AMERICANA.....	A-4-B
28	HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ (LOCALIZAÇÃO).....	A-4-C
29	EVOLUÇÃO DO CONSUMO TOTAL DE FONTES PRIMÁ- RIAS.....	A-6-A

INTRODUÇÃO

"Uma só coisa me aflige. A inteligência, segundo Piaget, tem duas propriedades: compreender e inventar. Em nosso país, a inteligência está compreendendo, mas não está inventando; e excluída a hipótese infame e descabida de uma inferioridade congênita, isto só pode provir de estarmos ensinando nossos filhos a compreender, mas não a inventar."

Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva (discurso, 12-6-1975).

Não há muita dificuldade em identificar quais são os principais geopolíticos brasileiros. Em sua quase totalidade são discípulos da mesma escola, e o seu principal mestre foi o General Mário Travassos. Da regra são exceções o Geógrafo Everardo Backheuser e a Professora Therezinha de Castro, quanto à origem profissional, mas não de todo quanto às filiações intelectuais. Os Generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos ajustam-se razoavelmente ao modelo criado por Travassos.

Sob o aspecto que se poderia chamar de "marketing" numa linguagem moderna, a Geopolítica tem muito pouco "charme", é uma espécie de matéria "maldita": torcem-se narizes à simples pronúncia do seu título. Ela traz um estigma de que não se liberta, o de ter "provocado duas guerras mundiais"; e, no interregno, alimentado os delírios de grandeza nazista.

Ciência ou arte? perguntam aturdidos os que se ocupam desta bela disciplina. Porque se registrou no seu "curriculum" a vocação expansionista do "espaço vital". Falar em Geopolítica, ou tentar estudá-la, associa-se, no inconsciente coletivo, a buscar meios para oprimir países vizinhos, descobrir "destinos manifestos".

Este trabalho é uma tentativa, modesta mas coerente, de buscar a verdadeira face da Geopolítica. Não se trata de inovar, propriamente, pois as matérias sociais têm conhecido, neste século, um extraordinário avanço quanto ao método, se-

guindo o modelo lógico da dialética hegeliana.

Tendo em vista o escopo que estabelecemos, o de reverter a má fama do assunto "Geopolítica", foi necessário estudar, primeiro, a conceituação vigente, a partir dos nossos antecessores, e, estendendo a análise a posições mais atuais, que tangenciam a visão dialética sem, contudo, confessá-la, chegar a um conceito compatível com o método escolhido (Capítulo 1).

Coerentemente com o novo tratamento processual do problema, abordamos os fundamentos geopolíticos da nacionalidade, o pensamento do Patriarca de nossa independência política, e os primeiros desenhos de uma geopolítica do Brasil, traçados pelos estudiosos, de Travassos a Meira Mattos (Capítulo 2).

Julgamos, então, oportuno, a título de indicar anotações para uma prospectiva, considerar a discussão "continentalidade versus maritimidade", deixando a solução ao leitor, mas propondo a valorização da malha hidroviária e do binômio oceano-plataforma continental (Capítulo 3).

As conclusões a que chegamos contemplam a conceituação e a aplicação do processo geopolítico ao caso brasileiro.

Pareceu-nos conveniente realizar entrevistas junto ao Departamento Nacional de Vias Navegáveis (do Ministério dos Transportes) e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (do Ministério das Minas e Energia), com vistas a delinear geopolíticas viária e energética no emprego da malha fluvial (Anexos A e B). A terceira entrevista, com o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, serviu para conhecer mais detidamente a importância dessa Comissão, e esboçar uma geopolítica de recursos marinhos (Anexo C).

Não nos atraem os cálculos "mágicos" do tipo dos que definem se o Brasil é ou não é uma potência emergente. As fórmulas de Cline, citadas pelo General Meira Mattos, parecem-nos pouco interessantes. Para nós o desafio maior é compreender a Geogra-

fia do homem e dos espaços brasileiros e, inventando, como pro-
pôs o Almirante Paulo Moreira, descobrir a Política que resga-
tará da ignorância e da fome os filhos pobres desta Pátria.

CAPÍTULO 1

PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO I - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS AUTORES E DE SUAS OBRAS

Costuma-se dizer que José Bonifácio de Andrada e Silva foi de fato o primeiro dos geopolíticos brasileiros. Há referências sobre o texto "Lembranças e Apontamentos", por ele redigido em 1821, e que serviria de orientação a deputados paulistas eleitos para as Cortes de Lisboa (31:42), do qual se inferem algumas de suas idéias geopolíticas, consideradas por muitos como avançadas em relação a seu tempo. Publicaram-se, em 1965, as suas "Obras Científicas, Políticas e Sociais", mas reconhece-se, em geral, que há muita dificuldade para que os estudiosos consigam consultar os seus principais escritos (40:24).

Uma análise da obra dos nossos geopolíticos mais atuais permite encontrar pontos em comum entre eles, tanto no método como na escolha de parâmetros.

Mário Travassos foi o iniciador, e sua "Projeção continental do Brasil" é citada, freqüentemente, pelos demais. Completada em dezembro de 1930, sob o título original de "Aspectos geográficos sul-americanos", teve modificado esse título pelos editores e foi seguidamente publicada. Mostrando idéias que podem lembrar as de Mackinder, algumas de suas previsões envolvem a região central da Bolívia — o "heartland" sul-americano — e correspondem a projetos de articulação Atlântico-Pacífico por via transcontinental (46:1-6). Seu discurso é de teor basicamente geográfico, o que o torna semelhante aos "possibilistas" franceses (20:27).

O detalhamento com que Everardo Backheuser apresenta os fundamentos da Geopolítica, com importantes contribuições de Ratzel, Kjellén e outros, enfatizando em sua Morfopolítica o estudo das fronteiras e considerando o processo histórico envolvido nas

transformações geopolíticas, não o liberta da postura organicista, ou seja, de considerar o Estado como ser vivo (2:35). Apesar disso, seu "Curso de Geopolítica Geral e do Brasil", de 1948, traz informações importantes e muito bem estruturadas do nosso país, no contexto sul-americano.

Golbery do Couto e Silva submete o pensamento a uma espécie de nacionalismo "místico"¹, julgando-o um absoluto, um fim último (20:99). Sua obra tem sido largamente aproveitada pelos países vizinhos para acusar a nossa vocação de "expansionistas" e "subimperialistas"² (43:180).

Muitas de suas propostas estratégicas estão baseadas em quase identidade de interesses com os Estados Unidos, no pressuposto de óbvia submissão à superpotência estrangeira: ressalta a importância do Nordeste Brasileiro para os Estados Unidos (20:51) e considera que o monopólio sobre o Atlântico Sul deva ser exercido em favor dos "irmãos" do Norte (20:52). É bem verdade que essas posições datam dos anos 50, entrando pelos primeiros 60. De qualquer modo, a obra reflete em muitos pontos influências diferenciadas, ora de Mackinder, em suas concepções de continentalidade, ora de Ratzel, no detalhamento das categorias de espaço e posição, ora de Spykman e Haushofer, nas idéias sobre "Geoestratégia". Não há dúvida, contudo, de que se trata do primeiro dos nossos geopolíticos, pela opção pragmática de aplicação dos fundamentos geográficos na ação política, portando-se, assim, de modo filosoficamente semelhante ao dos deterministas alemães, e objetivamente trabalhando para concretizar um "destino" brasileiro.

Tendo participado ativamente da condução da política nacional nos anos pós-64, Golbery influenciou poderosamente no sentido de integrar os espaços continentais. Quanto a alinhar o Brasil au

¹A classificação é nossa.

²"Imperialistas regionais", subservientes aos Estados Unidos.

tomaticamente ao interesse ocidental, sob liderança americana, parece ter sido uma posição de oportunidade. Por outro lado, uma leitura atenta em textos seus, mais atuais, como "Conjuntura política nacional, o Poder Executivo", revela uma reflexão menos comprometida dos acontecimentos e a defesa de uma estratégia democrática, bem ao gosto dos liberais. Quando ainda se encontrava em posto de governo, foi um dos impulsionadores da chamada "abertura política".

Carlos de Meira Mattos adota, em linhas básicas, a conceituação tradicional, notabilizando-se pelo caráter didático de seu discurso. Ao colocar-se junto aos geopolíticos ratzelianos, como Kjellén, Maul e Mackinder, procura exorcizar seu trabalho das contribuições de Haushofer. Discute, de forma aplicada e atenta, critérios e parâmetros geopolíticos, assimilando, como ninguém, o fundamental dos que o antecederam, principalmente Mário Travassos e Everardo Backheuser. Concede-nos preciosos subsídios e sólidas observações da realidade geográfica, histórica, econômica, social e política, em sua trilogia "A Geopolítica e as projeções do poder", "Brasil, Geopolítica e destino" e "Uma Geopolítica pan-amazônica". De nossa parte, modestamente, consideramos que um enfoque integrado de sua extensa pesquisa multidisciplinar poderia permitir uma visão científica do processo verdadeiramente geopolítico, e possivelmente a libertaria de subordinação a "destinos".

Therezinha de Castro tem-se notabilizado pela defesa de posições da linha nacionalista, destacando-se pela pregação em favor do critério de defrontação, na Antártica, pelo Brasil. Seus "Estudos de Geo-História" contribuem para uma perspectiva do dimensionamento histórico na formulação geopolítica. O "Atlas-texto de Geopolítica do Brasil" mostra, de forma didática e interessante, a evolução do espaço brasileiro.

SEÇÃO II - CONCEITUAÇÃO CORRENTE

A conceituação corrente de Geopolítica compõe um problema cuja solução não ocorre facilmente: não há uma definição precisa do objeto da ciência, nem se chega a uma conclusão quanto ao tipo de abordagem que deve ser empregado ao estudá-la; não se confirma, sequer, se se trata de ciência realmente, a julgar pelo questionamento do mais citado dos nossos geopolíticos, Golbery do Couto e Silva, para quem a matéria, desde Kjellén e Haushofer, como conselheira da política, deve ser considerada arte, doutrina ou teoria, mas não ciência (20:29). O Instituto de Munique, em extensa conceituação, definira-a como ciência voltada para as relações entre a Terra e os processos políticos, sobre fundamentos geográficos, particularmente da Geografia Política, proporcionando armas para a prática política e diretrizes para a vida política (20:29).

As posições de Golbery são bastante semelhantes às do Instituto de Munique, mas também se inspiram em Spykman, de quem absorve o autor citado a idéia de que a Geopolítica trata do planejamento da política de segurança (20:33).

Assim, "grosso modo", pode-se resumir que a Geopolítica é apresentada por Golbery como decorrente de uma ciência, a Geografia Política; trata-se, além disso, de uma arte, cujo objeto não chegou a ser delimitado de modo claro e que deve ser instrumento da Estratégia.

As mesmas simplificações se observam em Everardo Backheuser, quando afirma ser a Geopolítica a Política que decorre de condições geográficas (20:32) (47:31); e em Carlos de Meira Mattos, que considera que a matéria indica soluções políticas ao que chama de realidades ou necessidades geográficas, tendo inspirado sempre os grandes estadistas (31:4). É novamente a Geopolítica o instrumento para indicar soluções políticas e inspirar os formuladores da Estratégia.

A dificuldade conceitual se acentua quando as definições se tornam, quase "slogans", seja por citações de Ratzel (espaço é poder), seja por novas e ousadas afirmações do tipo "Geografia é destino"(31:6).

Retorna-se aos deterministas "geográficos". Melhor seria dizer com Mario Cesar Flores que a Geopolítica considera o comportamento político dos Estados como resposta a estímulos geográficos (23:VII-1).

Julga-se em outra parte que a Geopolítica não é capítulo da Geografia, mas da Ciência Política, já que se trata da Política que se faz como decorrência de fatores geográficos; desse modo, uma Política de Segurança baseada em tais fatores será uma Geopolítica de Segurança (47:33). Backheuser defende a Antropogeografia de Ratzel, escoimando-a da pecha de "determinista", e mostra que os "possibilistas" franceses, la Blache, de Brunhes e de Vallaux, e também autores americanos, como Huntington, não se furtaram da influência das teorias de Darwin (2:52).

Segundo Shiguenoli Miyamoto, a Geopolítica permitiria dotar o país de poder ou exercer papel de realce internacional (34:52). Aqui se verifica uma definição mais claramente utilitária da Geopolítica, tida como instrumento para exercício do poder na relação entre Estados, imprópria, na medida em que se transforma numa "praxis" perversa, de predomínio.

Lewis Tambs lembra-nos o papel que a tecnologia pode desempenhar nas relações geopolíticas (46:1-6). Semelhantemente, Melvin A. Conant e Fern Racine Gold enfatizam o suprimento, a tecnologia e o processamento numa Geopolítica Energética (17:18).

Segundo Harold Sprout, Geopolítica exprime de forma sintética a relação entre fatores geográficos e de outra natureza na distribuição de poder no mundo (44:31)³.

³Os Quadros das Figuras 1 e 2 resumem os conceitos discutidos nesta Seção.

A U T O R E S	C O N C E I T O S
Golbery do Couto e Silva	- Conselheira da Política. - Arte, doutrina, teoria, nunca uma ciência. - Uma arte que se filia à Política, e em particular à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-la à luz da Geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem.
Everardo Backheuser	- Política em decorrência das condições geográficas.
Carlos de Meira Mattos	- Ciência ou não ciência, como indicadora de soluções políticas con- dizentes às realidades ou necessi- dades geográficas, vem sendo a ins- piradora dos grandes estadistas do passado. - Geografia é destino.
Mario Cesar Flores	- Estuda o comportamento político dos Estados, na medida em que ele é uma resposta a estímulos (positivos ou negativos) de ordem geográfica.
Octavio Tosta	- Não é parte, capítulo ou parágrafo da Geografia, mas da Ciência Política. - Política feita em decorrência das condições geográficas ou estabele- cida com base ou fundamento nos fa- tores geográficos.
Shiguenoli Miyamoto	- Visa fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar um país de certo poder, auxiliando-o a desempenhar papel de realce no concerto internacional.

Fig. nº. 1 - Quadro: conceitos de Geopolítica, de autores brasileiros.

A U T O R E S	C O N C E I T O S
Spykman	- Geopolítica: planejamento da Política de Segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos.
Instituto de Munique	- Geopolítica: ciência das relações da Terra com os processos políticos, que se baseia nos amplos fundamentos da Geografia, especialmente da Geografia Política, e que proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. - Arte de guiar a Política prática. - Consciência geográfica do Estado.
Lewis Tambs	- A tecnologia pode alterar as relações geopolíticas.
Melvin A. Conant & Fern Racine Gold	- As linhas de suprimento, a tecnologia e as instalações de processamento são fundamentais numa Geopolítica Energética.
Harold Sprout	- Geopolítica: uma expressão sintética para a relação entre fatores geográficos e de outra natureza na distribuição de poder no mundo.

Fig. nº. 2 - Quadro: conceitos de Geopolítica e outras anotações, de autores estrangeiros.

SEÇÃO III - A QUESTÃO DO ESPAÇO GLOBAL

Golbery conceitua também a Geopolítica em termos das noções básicas de espaço e posição (47:31). Tais noções básicas, ele as busca em Ratzel, expandindo-as desde um espaço estatal (o território), até um espaço político, que interessa à Geopolítica, e que se caracteriza por extensão, forma, contextura, valor, regiões e sub-regiões, ecúmeno, zonas mortas ou passivas, núcleo central, núcleos secundários e marginais, e domínio; e uma posição que leva em conta, no âmbito mundial, no espaço regional e no relacionamento inter-regional, a acessibilidade do tráfego ma rítimo e aéreo, o grau de dependência do comércio exterior, a distância dos centros dinâmicos de poder em face de pressões externas, a continentalidade, as zonas de fricção com os espaços contíguos, a osmose fronteiriça, os caminhos naturais de penetração, as plataformas de expansão e as zonas de influência exterior (20:34)⁴.

Para Ratzel, a análise espacial deve partir dos 510 milhões de quilômetros quadrados que formam a superfície do planeta, isto é, o espaço abarcará uma visão global e considerará o dinamismo das transformações que se operam nas fronteiras dos Es tados. Mesmo o aumento populacional interno de um Estado diz respeito ao espaço, na medida em que reduz o direito individual, modificando as condições de vida (39:31). Idéias de Ratzel como estas e também como as de liberdade em função do espaço (39:37), ou de que a vontade de um conquistador condiciona o crescimento dos Estados (39:39), ou ainda de que é natureza da cultura expan dir-se além dos limites de um só povo (39:41), certamente terão estimulado Haushofer a uma teorização do expansionismo.

Se o espaço conduz a História, conclui-se que a aspiração à

⁴Comparar às concepções ratzelianas de espaço e posição (44:8).

grandeza deve ser privilégio de nações cujo espaço corresponde às próprias necessidades espirituais e materiais (25:85). Partindo de tais premissas, Haushofer acabaria por desenvolver sua teoria do "espaço vital" (25:86).

André Hillion refere-se ao "espaço funcional", assim denominado por François Perroux, oposto ao espaço territorial na medida em que as funções (empresas de monopólio) se constituem realidade de vida própria dentro do Estado. O espaço "funcional" necessita de um processo permanente de aceleração, pois está fadado a desaparecer se não crescer. São os grandes grupos financeiros, no mundo ocidental, os sujeitos dos espaços funcionais, enquanto no universo das repúblicas socialistas um poder central político e econômico os controla. Espaço "econômico", para Hillion, qualquer que seja sua dimensão, forma, repartição espacial, resulta do impacto dos adiantamentos técnicos causados pelo progresso científico num grupo humano, num quadro geográfico determinado, e se define por suas próprias forças (ou potencial econômico) e pelos pontos de aplicação de que dispõe (26:115).

Bertha Becker apresentou um conceito que envolve a noção de espaço, em palestra proferida no Curso de Política e Estratégia Marítimas, em abril deste ano, ao afirmar que a Geopolítica é o estudo das relações entre espaço e poder.

Amadeu Martire Filho, colega deste Curso de Política e Estratégia Marítimas, conceitua a Geopolítica como a "ciência da expansão da esfera do poder no espaço do não-poder"⁵.

SEÇÃO IV - UMA TENTATIVA DE REVISÃO DOS CONCEITOS TRADICIONAIS

Propomos uma revisão dos conceitos correntes de Geopolítica. Podemos começar pela consideração de que o "objeto", segundo

⁵No Quadro da Figura 3, alinhamos os conceitos "espaciais" de Geopolítica.

A U T O R E S	C O N C E I T O S
Golbery do Couto e Silva	- Geopolítica: fundamentação geográfica de linhas de ação política. - Proposição de diretrizes políticas, formuladas à luz de fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição.
Ratzel	- Análise espacial tem que partir dos 510 milhões de quilômetros quadrados que possui a superfície da Terra. - Concepção espacial deve abarcar uma visão global e considerar o dinamismo das transformações que se operam na fronteira dos Estados.
Haushofer	- Análise da situação mundial deve basear-se na distribuição do espaço vital disponível na Terra.
André Hillion	- Espaço econômico resulta do impacto dos adiantamentos técnicos causados pelo progresso científico num grupo humano, num quadro geográfico determinado. - Define-se por suas próprias forças (potencial econômico) e pelos pontos de aplicação de que dispõe.
Bertha Becker	- Geopolítica: estudo das relações entre espaço e poder.
Amadeu Martire Filho	- Geopolítica: ciência da expansão da esfera do poder no espaço do não-poder.

Fig. nº. 3 - Quadro: conceitos "espaciais" de Geopolítica

Aristóteles, contém em si todas as suas causas: formal, material, eficiente e final. cremos que a descrição do objeto da ciência geopolítica, motivo de nosso estudo, contempla não só a causa final, ou ponto de aplicação — externo, e as causas formal e material, que lhe dão origem (Geografia Política), mas também a causa eficiente (atuação intrínseca).

A Geopolítica é, como se vê por toda uma extensa listagem de definições, um processo de que se informa a Estratégia, mas que não se confunde necessariamente com ela. Tira, por outro lado, os seus fundamentos de uma Geografia Política, ciência estática ou "sincrônica", por seus compromissos descritivos, "bidimensionais". Não é, portanto, a Geopolítica uma ciência autônoma, como de resto não o são as mais diversas e universais ciências, que se articulam a outros modos de conhecer e formas de agir. É, no entanto, forçoso reconhecer que as articulações da Geopolítica com outros sistemas, sejam de origem, sejam de aplicação, não lhe tiram o valor específico; antes, estabelecem a necessidade da compreensão de seus métodos e campos de trabalho.

Se dissemos que a Geografia Política é um corte numa dada sincronia, isto é, num dado momento, uma descrição "bidimensional" das relações entre Estados no campo geográfico, justificamos a sua estaticidade. Mas, ao considerarmos a Geopolítica, não podemos deixar de anotar uma outra dimensão, responsável por seu caráter de processo, por seu "dinamismo" — o tempo. Estamos de acordo, então, em que a Geopolítica, por seu dinamismo, pode comparar-se ao cinema, enquanto a Geografia Política, estática, seria comparável à fotografia (14:7).

Grande parte dos conceitos que trouxemos a este trabalho, de brasileiros e dos estrangeiros que eventualmente os influenciaram, tangenciam algumas características da Geopolítica, apontando na direção de seu aproveitamento e não de seu significado. Excetuamos desta crítica os conceitos de Bertha Becker (es-

tudo das relações entre espaço e poder), de Mario Cesar Flores (estudo do comportamento político, como resposta a estímulos geográficos), a primeira parte do conceito alemão, do Instituto de Munique (ciência das relações da Terra com os processos políticos) e também o de Amadeu Martire Filho (ciência da expansão da esfera do poder no espaço do não-poder). Destacamos, por outro lado, a idéia de "espaço econômico" adotada por Hillion, por entendermos que nenhuma Geopolítica deve fundar-se apenas numa Geografia Política, a menos que esta inclua, também, a Geografia Econômica e a Geografia Humana ou Social, para constituir-se numa Geografia complexa, como elemento da relação entre os espaços "geográficos" e o exercício do poder.

Parece semelhante a idéia de Kjellén dos cinco aspectos da vida estatal (território, governo, povo, economia e sociedade), embora tenha denominado diferentes ciências para tratar cada um desses aspectos. Quando ainda se chamava a Ciência Política de Teoria Geral do Estado, ou Ciência do Estado, Backheuser seguia a classificação de Kjellén, incluindo a Geopolítica como ramo daquela ciência maior (dizia Backheuser: seu objeto não é o estudo geográfico, a Geografia Física e Humana, mas somente o território como organização política). E acrescentava no âmbito da Ciência do Estado a "política institucional" ou Cratopolítica, "política da forma de governo"; a Etnopolítica (depois Demopolítica), estudo da massa humana politicamente organizada, isto é, do povo; a Ecopolítica, situada entre a Demopolítica e a Geopolítica, como estudo da atividade econômica, ou "a vida da nação em trabalho"; e, finalmente, o setor de planejamento da formação social e cultural do povo, a Sociopolítica, ou "o Estado como Sociedade" (2:34). Mais adiante o autor citado chama os ramos "geo" e "demo"-políticos de "flanco natural" do Estado — onde se patenteiam as suas características de "ser vivo" [sic] — em oposição ao "flanco cultural" (economia, sociedade e gover-

no) (2:35).

Hoje, quando se reconhecem as profundas imbricações da Ciência Política com a Economia, com a História, com a Psicologia e com o Direito⁶, quando se sabe que "o homem é sujeito e objeto do poder social" (45:17) e que a Ciência Política está interessada em todas as formas de poder (28:33), as quais não se podem sustentar isoladamente, mas cada uma depende do exercício das outras (28:37), parece absolutamente correto envolver, no mesmo fundamento geográfico da Geopolítica, os seus três aspectos básicos — político, econômico e social — que justificam e sustentam a aplicação do poder.

Um outro aspecto que nos parece fundamental é que a nova dimensão que se coloca no tratamento geopolítico, o tempo, remete à História. Golbery não valorizou essa complexidade necessária quando reagiu à extensão da Geopolítica ao passado. Embora reconhecendo a existência de correlações entre a Geografia e a "evolução" política, considera o estudo do passado como privativo das ciências históricas (20:64). No reduzido espaço que concede à "geistória" [sic] aparecem por vezes contraditoriamente os dois conceitos: fala de uma tradição "geistórica" [sic], mas independente da Geopolítica (20:68). Therezinha de Castro, que escurpulosamente definira, em 1971, uma "Geo-História" como "ciência geográfica das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural" (15:13), dez anos depois tratava do mesmo processo histórico de formação brasileira no espaço geográfico sob o título maior de "Geopolítica", no seu atlas-texto (14:9).

Ora, não se podem tratar dinamicamente "as relações entre espaço e poder" num único corte sincrônico: é essencial no caso o tratamento diacrônico, quer dizer, através do tempo. Não há como dissociar da ciência que procuramos definir o conceito de Geo-His

⁶Ver sobre o assunto o Capítulo 2 de "Ciência Política", de Paulo Bonavides (7:29).

tória, pois o processo histórico é, ele mesmo, o movimento que integra sucessivas sincronias, e sem ele não existe dinamismo algum. Não escapou nem a Mahan a importância da História no jogo geopolítico (30:28) (3:II-2); e o próprio Meira Mattos acha que a idéia de basear a Geopolítica na Geo-História encontra apoio quando se olha o mapa de Jayme Cortesão sobre os elementos formadores das fronteiras sul-americanas (32:16).

É preciso também que se busque o auxílio da epistemologia, que trata da definição dos "objetos" científicos, notadamente quanto à revisão dos conceitos de diversas ciências sociais, com Ferdinand de Saussure⁷ e outros, para verificar que a contribuição metodológica da dialética de Hegel transformou a concepção do seu objeto. No tocante à História, não se pode desconhecer a contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels, os quais extrapolaram a lógica dialética na formulação dos princípios do materialismo histórico (1:41). Ainda que não concordemos com os aspectos intrínsecos da doutrina marxista, anotamos que a História deixa de ser considerada uma sucessividade de fatos, uma justaposição de acontecimentos conexos por uma causalidade apenas linear, e que se transforma em algo dinâmico, processual. A História, de qualquer modo, não mais é vista como ciência do passado, mas como o estudo de um processo que, compreendendo o passado, assume no presente os meios para transformar o futuro (40:7). Julgamos que a ciência histórica, hoje, não é mais a busca de reconstruir um passado morto, mas a descoberta de acontecimentos vivos que, transcendendo o tempo, consolidam uma realidade humana permanente.

Na definição que buscamos, vamos considerar contidos, no "espaço" geográfico, não só as categorias já adotadas desde Ratzel, de espaço e posição, mas o conjunto de potencialidades políticas,

⁷ SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. 3.ed. São Paulo, Cultrix, 1971.

econômicas e sociais que condicionam o exercício do poder. Esse "espaço" envolve, pois, a forma, a matéria e a eficiência dos Estados, que se concretizam como poder exercido⁸, isto é, na sua eficácia. Em outras palavras, a dialética entre as potencialidades e o exercício do poder — que se realiza como tese "versus" antítese, gerando síntese, e assim por diante — explica os vários patamares da evolução política, econômica e social dos Estados. Não se trata aqui de teoria expansionista, mas de compreender objetivamente as interações dos Estados para ocupar espaços, num jogo em que cada Estado exerce o poder que lhe permitem suas forças. A nova realidade que se produz na relação espaço-poder regride ou avança em relação à anterior, em função do contexto interestadual.

Concluindo: a Geopolítica pode ser definida como o estudo científico do processo diacrônico que envolve as relações entre Estados, nos espaços geográficos, com suas potencialidades políticas, econômicas e sociais, e o exercício do poder, entendido como a capacidade desses Estados de aplicar, integrada e oportunamente, a força que decorre de suas potencialidades. O exercício do poder, ou a aplicação da força dos Estados, deve pautar-se por Estratégias Nacionais.

Parece-nos procedente uma comparação dos conceitos aristotélicos, expostos no início desta Seção, com a definição esquemática de "sistema" da moderna "Teoria Geral dos Sistemas", apresentada em palestra no Curso de Política e Estratégia Marítimas, em junho deste ano, por Thomás de Aquino Chaves de Mello. A eficiência (causa eficiente em Aristóteles) realiza-se no interior do processo; a eficácia (causa final em Aristóteles), na aplicação externa ou na saída ("output"); os "inputs" fornecem, como entrada e realimentação, as informações ao processo,

⁸Em linguagem aristotélica: a transformação de potência em ato.

isto é, a forma e a matéria (causas formal e material, em Aristóteles)⁹.

Os processos geopolíticos constituem-se de relações da Terra com a Política (processos políticos), com a Economia (processos econômicos) e com a Sociedade (processos sociais), não isolados entre si, mas interativos. Para realizar dialeticamente esses processos, o sistema recebe na entrada as informações de Geografia (política, econômica e social) e a realimentação, que se constitui das transformações dos três campos. A saída é o exercício do poder. Quando a moderna Ciência Política define o Poder Político como detentor do "monopólio da força" (4:14) não estaria conferindo ao Poder Militar o papel de expressar a vontade nacional em nome de todos os poderes do país? Não seria o Poder Militar uma síntese desses poderes, capaz de, em nome deles, "garantir os poderes constituídos, a Lei e a Ordem" (Artigo 91 da Constituição Federal)¹⁰?

Da mesma forma, uma Estratégia Nacional deve produzir modelos políticos, econômicos e sociais, como objetivos a serem perseguidos pela Nação (Objetivos Nacionais Permanentes). A Estratégia Militar há de consolidar os instrumentos de condução da vontade nacional nos momentos de crise, de modo a alcançar tais objetivos¹¹.

Julgamos elucidativo o exemplo da Figura 6, onde se compara a Geopolítica com a Lingüística, definida pelo método dialé-

⁹ O Quadro da Figura 4 compara os vários elementos utilizados neste trabalho para chegar-se a um novo conceito de Geopolítica, e a Figura 5 permite-nos expandir esse conceito, conformando-o a uma visão "sistêmica".

¹⁰ BRASIL. Constituição. Constituição do Brasil, 1822-1969 Rio de Janeiro, Aurora, s.d., 2v.

¹¹ Vale recordar a palestra do Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no Curso de Política e Estratégia Marítimas, a 4 de julho deste ano, em que conceituou "Mobilização" como o processo de transformação do potencial do país em poder. O Ministro afirmou, igualmente, atendendo a uma questão nossa, que o Poder Militar subordina-se ao Poder Político.

O R I G E M	E L E M E N T O S
Aristóteles	- o objeto contém todas as suas causas: formal, material, eficiente e final.
Hegel	- dialética (tese "versus" antítese) gera uma síntese, etc. - evolução resulta desse dinamismo.
Teoria Geral dos Sistemas (TGS)	- entrada, processo, saída, realimentação. - eficiência e eficácia.
TGS "versus" Aristóteles	- eficiência: causa eficiente. - eficácia: causa final. - entrada e realimentação: causas formal e material.
TGS "versus" Hegel	- conjunto de interações que permitem o processo (entrada, saída, realimentação) e o processo em si mesmo constituem uma dialética (evolução, dinâmica).

Fig. nº. 4 - Quadro: elementos para revisão dos conceitos tradicionais de Geopolítica

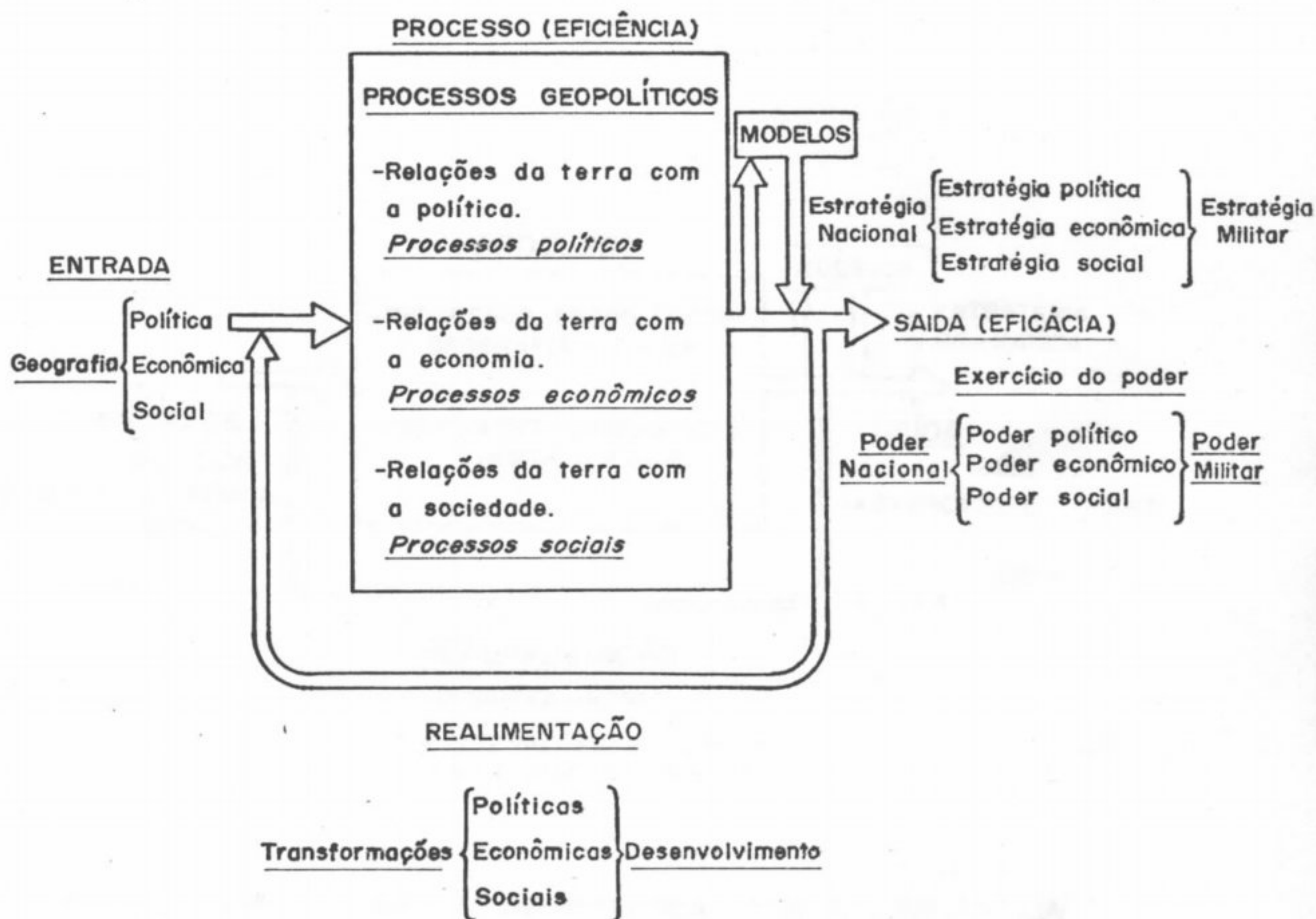


FIG. Nº 5 - SISTEMA "GEO-NACIONAL"

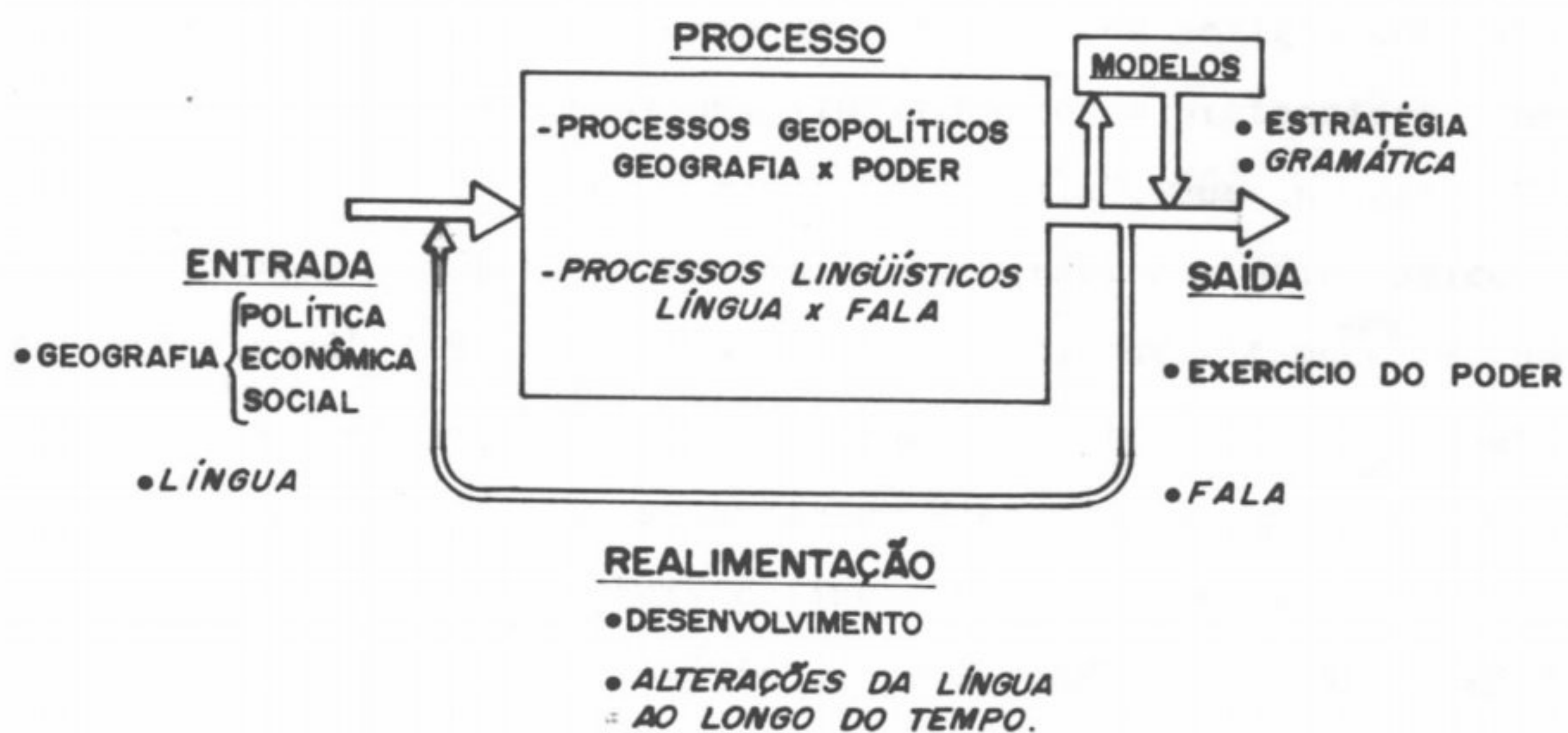


FIG. Nº 6 - COMPARAÇÃO DA GEOPOLÍTICA COM A LINGÜÍSTICA

tico, por Ferdinand de Saussure (41:17).

Assim, a Geopolítica deixa de ser "uma arte", ou uma ciência subalterna, ligada a interesses ou ideologias, para viabilizar a análise dos processos históricos que relacionam a Geografia dos Estados com o emprego do poder entre eles.

A discussão sobre as espécies do poder, que se conduz hoje em Ciência Política, faculta-nos colocar sob um título geral de "Geografia" não só as relações "políticas" de espaço e posição, contendo as categorias de território, nação, estado, governo, etc., mas também as relações de produção como "economia" e as relações humanas ou "sociais".

Estamos propondo algo como um reestudo dos antigos conceitos de Mackinder, ou, para usar uma linguagem menos pretensiosa, uma rearrumação disciplinar da "Grande Estratégia", que integra "os fatores militar, político, econômico, geográfico e psicológico do poder nacional" (29:XXI). Esse reestudo alcançaria também os nos sos geopolíticos, que adotam, com pequenas alterações, as idéias de Mackinder. Sem referir-se ao fator "geográfico", por conferi-lo à esfera geopolítica, Golbery define o Poder Nacional como "instrumento unificado da Estratégia", que se compõe de quatro expres sões: política, psicossocial, econômica e militar (20:156). Meira Mattos enfatiza as características de unicidade e indivisibilida de do Poder Nacional e acrescenta às quatro expressões adota das pela ESG uma quinta, a "técnico-científica" (33:41). Apenas para justificar a necessidade de uma reanálise do problema, citamos Conant e Gold, os quais lembram que o ambiente contemporâneo não corresponde à atual definição dos elementos do poder, e que não se garantem mais os insumos básicos por relações coloniais ou pelo poder em termos militares (17:17).

Resumidamente, podemos dizer que a posição que adotamos vem ao encontro das seguintes realidades:

- as ações do campo militar devem subordinar-se à Estraté-

gia Nacional e expressar a vontade nacional, que persegue a consecução de objetivos políticos, econômicos e sociais;

- as economias, embora susceptíveis de coordenação pelos Estados, não estão inteiramente infensas às ações "transnacionais" e não se restringem rigorosamente às esferas governamentais; e

- as relações sociais não se subordinam totalmente ao controle dos Estados: intercâmbio cultural e miscigenação social transpõem fronteiras.

SEÇÃO V - CONCLUSÃO

O Quadro da Figura 7 alinha diversos conceitos de Geopolítica, ressaltando-se como estrutura básica a relação entre "Geografia" e "poder", ou entre "Terra" e "política".

Nossa proposta é apresentada no Quadro seguinte, da Figura 8. Aí pretendemos mostrar o processo geopolítico, diacrônico (ou histórico), onde as potencialidades, das quais decorre a força do Estado, devem ser exercidas como poder. Tal exercício, "ipso facto", modifica o ambiente (político, econômico e social). A transformação de potencial em poder aparece de forma crítica quando se promove a Mobilização. Nesse caso, concentram-se os elementos econômicos e sociais, sob estrito controle político, para aplicação militar.

Quanto às estratégias nacionais, conclui-se que a prevalência do Poder Político, e da correspondente Estratégia, subordina os demais poderes e estratégias, posicionando o campo militar na extremidade da seta, para atuar sobre o ponto de aplicação, externo, do processo. Pode-se, no entanto, imaginar uma certa rotatividade nas posições relativas dos campos do poder, em princípio como opção política. Admite-se que a ação preferencialmente política, econômica ou (psico)-social ocupe, em determinada conjuntura, a "ponta da lança". É, no entanto, estruturalmente correta a forma original da Figura 8.

A U T O R	R E L A Ç Ã O E N T R E :	
Golbery do Couto e Silva	Geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem	Política, em particular a Estratégia ou Política de Segurança Nacional
Everardo Backeuser	Condições geográficas	Política
Octavio Tosta	Condições geográficas ou Fatores geográficos	Política
Carlos de Meira Mattos	Realidades ou <u>necessi</u> dades geográficas	Soluções políticas
Instituto de Munique	Terra	Processos políticos
Spykman	Fatores geográficos	Política de Segurança
Harold Sprout	Fatores geográficos e de outra natureza	Distribuição de <u>po</u> der no mundo
Mário C. Flores	Estímulos geográficos	Comportamento <u>polí</u> tico
Bertha Becker	Espaço	Poder

Fig. nº. 7 - Quadro: objeto da Geopolítica, a partir de análise da estrutura de algumas definições.

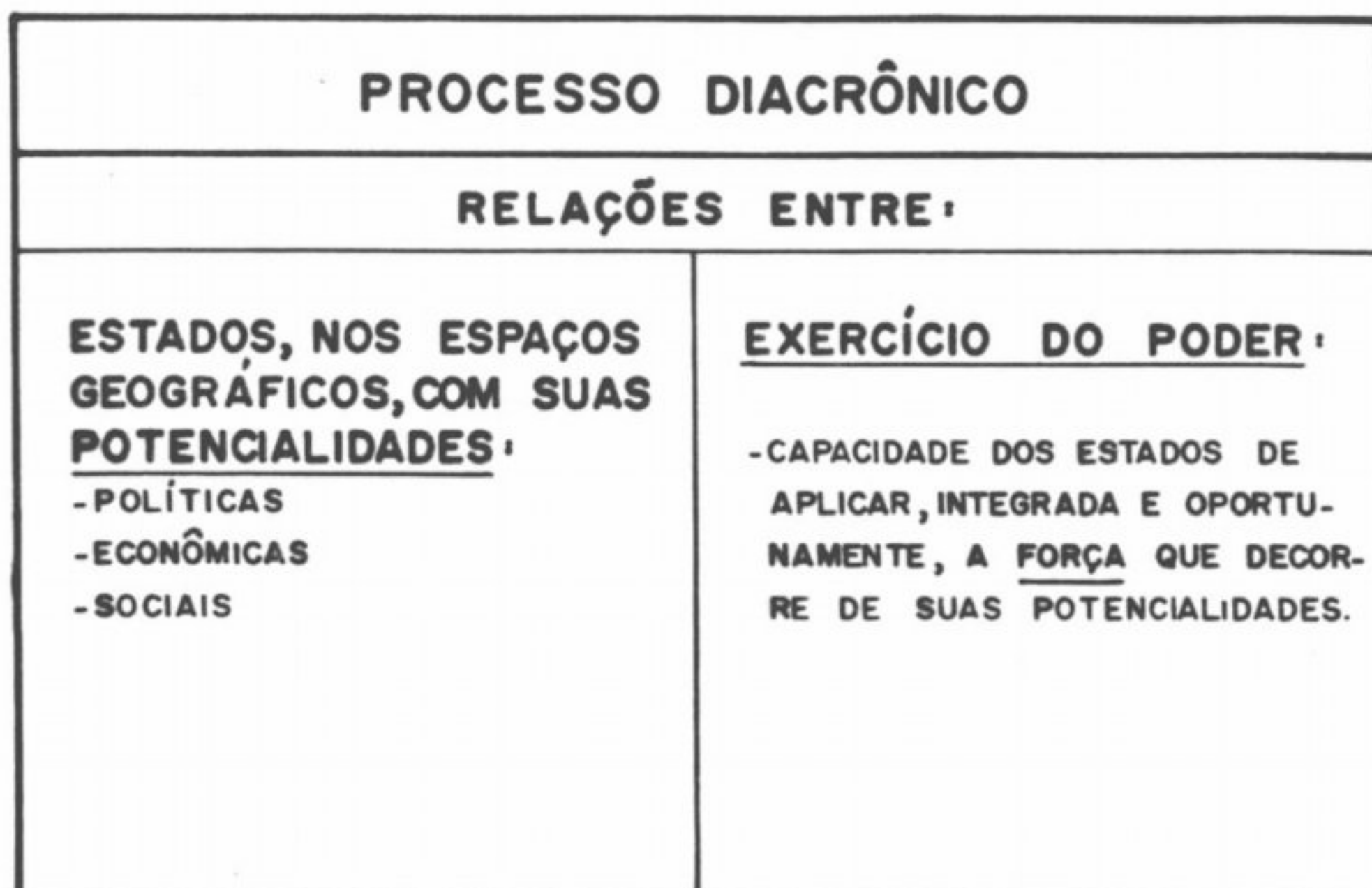


FIG. Nº 8 — CONCEITO DE GEOPOLÍTICA

Deixamos para o final a especulação de que, interligando os quatro elos da cadeia do Poder Nacional, e solidamente costurando entre si as transformações de cada campo, surge a Tecnologia, um quinto elo, integrador (Figura 9).

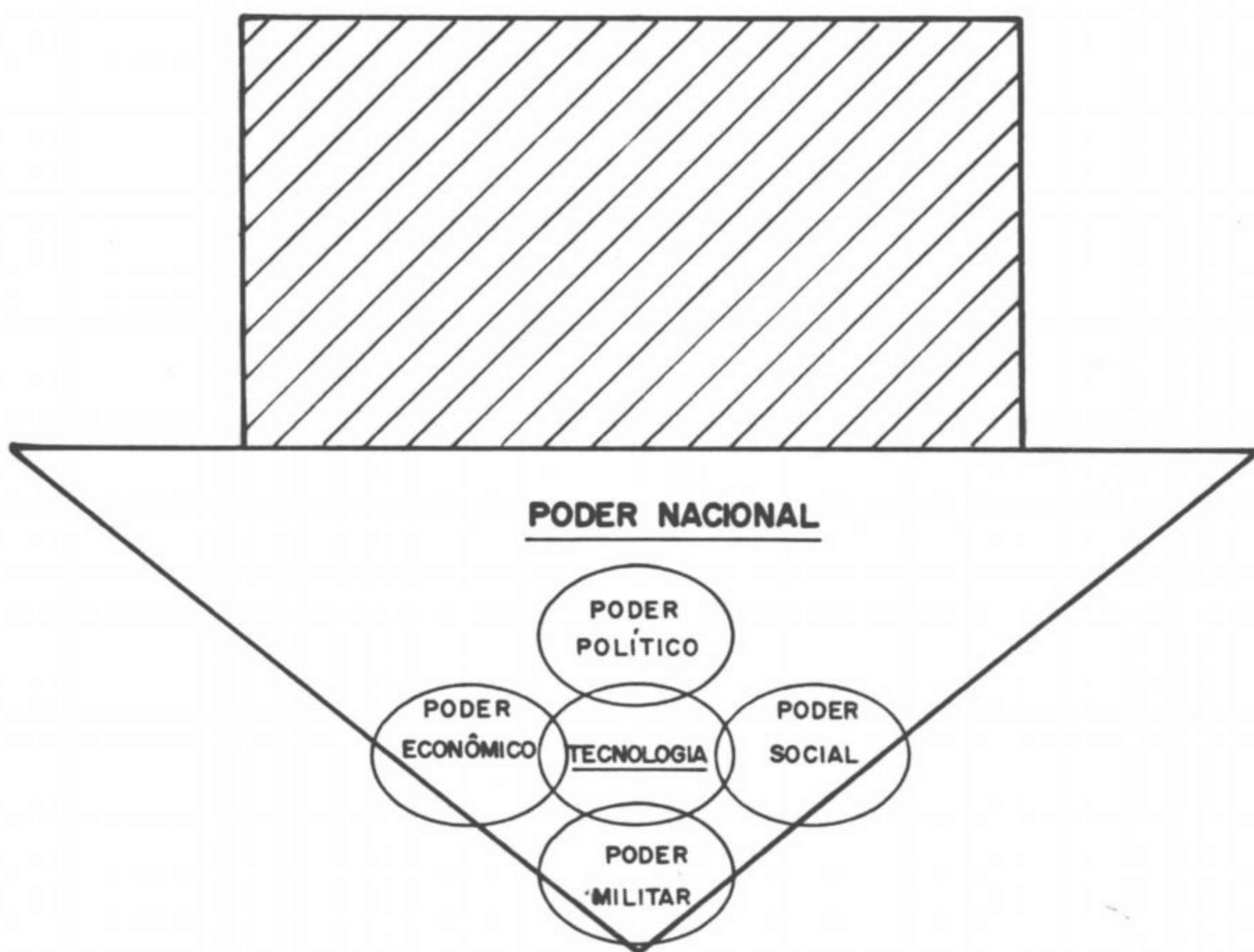


FIG. Nº 9 – A TECNOLOGIA E OS PODERES

CAPÍTULO 2

ROTEIRO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL

SEÇÃO I - PROCESSOS GEOPOLÍTICOS NA FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

Na alvorada do século XVI, Portugal e Espanha dividiam o globo entre si. Essa divisão, estabelecida por Alexandre VI em suas bulas "Inter Coetera", de 3 e 4 de maio de 1493, somente se consagraria como definitiva pelo Tratado de Tordesilhas, em 1506, acarretando grandes repercussões geopolíticas para o mundo, particularmente para a Ibero-América.

Criava-se, neste continente, com a partilha universal de terras e oceanos entre as duas potências européias, a fronteira fundamental, que viria a desempenhar papel preponderante na formação dos países meridionais do Novo Mundo. Therezinha de Castro julga não ter funcionado em sentido político a fronteira de Tordesilhas, pois o que havia eram "zonas de irradiação" em dois núcleos geo-históricos diferentes (14:23). Mas uma reflexão em torno do eixo de Tordesilhas, de sua origem e de suas consequências, de sua permanência e de sua mutação, de seus protagonistas iniciais e sucedâneos, dos antagonismos transmitidos de uma a outra idade, permitiria acompanhar um processo verdadeiramente geopolítico, em que se defrontam duas realidades geográficas e esferas de poder, duas condições econômicas e humanas, duas concepções políticas e sociais específicas.

É bem verdade que o confronto ibérico fazia-se em espaço mais amplo, como projeção de interesses econômicos, e a primazia lusitana inicial, na virada dos mil e quinhentos, firmava um grande império econômico, com a dominação das rotas marítimas no Atlântico e no Índico. O "mare clausum" português (14:11), como parte de uma estratégia global de obtenção de pontos de escala, favorecia a posse dos territórios situados até 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

O Brasil era, ainda, nesses primeiros tempos, "ilha" que se colocava como mais uma das muitas terras de além-mar, a fornecer produtos primários à metrópole. Sua ocupação se fez, então, beijando o litoral (21:7). A medida da litoraneidade inicial e quase crônica — que Meira Mattos classifica, a nosso ver imprecisamente, de maritimidade (31:22) — é dada pela conhecida expressão de Frei Vicente do Salvador em que somos comparados a caranguejos arranhando as costas (21:18). O posicionamento do ecúmeno estatal na faixa litorânea deve ser visto como a fixação das populações entre dois vazios: o continental, que se pretende reduzir pela integração das "ilhas" do "arquipélago" (20:45) (21:7), e o oceânico, que, em geral, não temos resgatado, a despeito de tantas condições favoráveis.

A divisão de espaços, no continente, configura-se de forma crítica a partir do eixo original de Tordesilhas, deformando-se, na história dos povos que herdaram as civilizações hispânica e lusíada, pela interferência de dois novos "eixos geográficos", um proximamente meridional e outro segundo os paralelos, quase transversal. O primeiro desses novos eixos, a bacia hidrográfica do Prata, hospeda, em suas margens, poderosos rivais, e será, na formação das nacionalidades ribeirinhas, importante elemento de referência; o segundo, a bacia do Amazonas, oferecerá ao espírito aventureiro, que se transmite de Portugal ao Brasil, o caminho de penetração nos vazios de poder da selva, para contestar e desenhar um novo Tordesilhas.

Para Mário Travassos a oposição entre essas duas bacias é um dos dois "antagonismos em presença" no continente (o outro é a oposição Atlântico-Pacífico). São, porém, antagonismos que podem traduzir forças criadoras, quando conjugados (48:41).

Uma terceira bacia hidrográfica, de menor tamanho, a do São Francisco, serve de eixo ao ciclo econômico da monocultura açucareira, predominante nos dois primeiros séculos do período colo-

nial. A esse ciclo articulam-se as entradas que partem de Olinda e da Bahia, buscando riquezas como ouro, prata e diamantes. E em bora não se encontrem tais riquezas, o vale se povoa, desvenda-se o sertão.

Agora são os bandeirantes, varando o interior em seus primeiros movimentos, na busca da mão-de-obra indígena. Partindo do planalto de Piratininga para sul e para oeste, encontram resistência espanhola e se contêm. Mas os rumos norte e noroeste não são contestados e, aproveitando os vazios, eles abrem trilhas e avançam. Chegam ao São Francisco pelo sul, primeiro vetor nativo no processo de formação do país. Pois, se de Pernambuco e da Bahia são predominantemente portuguesas as entradas, o ciclo das minas vai assistir à penetração não de portugueses, mas de brasileiros, mestiços ou brancos, seus descendentes (43:19).

Em paralelo com os ciclos econômicos e mesmo a eles associada, a penetração do gado contribuía para a integração dos espaços, criando a Nação. É a pecuária, ligando o sertão ao litoral, e unindo o norte ao sul. O São Francisco era o "rio dos currais", pelas fazendas de gado que foram povoando suas margens (21:90).

Em 1621, funda-se o Estado do Maranhão, incorporando as capitânicas do Rio Negro, do Grão-Pará e do Piauí. O Estado do Brasil expandia-se, para envolver as capitânicas de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e São Pedro (atual Rio Grande do Sul). A Colônia do Sacramento, que se fixara, em nome de Portugal, na margem esquerda do Prata, em 1680, servirá como elemento de barganha para a obtenção dos Sete Povos das Missões, troca que se consagra pelo Tratado de Madri, em 1750; e mesmo a anulação deste pelo Tratado de El Pardo, em 1761, e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, contradizendo a troca, não impediriam que, mais tarde, se consolidassem os interesses brasileiros no sul, envolvendo Missões.

O ciclo amazônico do bandeirismo nortista tinha o propósito

de caçar o índio e de extrair as "drogras do sertão" ou "especierias do vale" (21:161), estando, pois, associado a importantes interesses econômicos, os quais depois se fixariam principalmente na procura do ouro. A margem esquerda do Amazonas, porém, não se integrara, até meados do século XVIII, ao resto do país, e acolhia o remanescente dos invasores ingleses, franceses e holandeses. É nesse período, em 1755, que o Marquês de Pombal cria a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (32:81).

Pedro Teixeira, fazendo o percurso do Amazonas no sentido inverso ao de Orellana; Raposo Tavares, projetando-se na direção do Rio Uruguai, do Rio Paraguai e da foz do Amazonas, pelo Rio Madeira; e, depois, Moreira Cabral, na direção de Cuiabá, traçam a estrutura prévia do Brasil, desde o oeste até o grande rio, a qual viria a ser consolidada, em seus limites, pelo "cinturão defensivo" (14:29)¹². Tal "cinturão" é uma das permanências estratégicas que descendem da geopolítica de expansão do Brasil-Colônia. Esse fato pode ser inferido quando se comparam as posições dos fortes que marcavam, no século XVIII, a fronteira básica e as "faixas ou centros formadores de fronteiras" segundo Jayme Corteso (32:170)¹³. Os territórios federais de Amapá, Rio Branco, Acre, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu, criados ao longo da fronteira continental, foram paulatinamente sendo reduzidos em número, restando hoje, no extremo norte, Roraima (antigo Rio Branco) e Amapá.

A geopolítica da ocupação humana, da integração dos espaços através da comunicação viária, da expansão dos benefícios econômicos, possibilitaria cada vez mais a consolidação da fronteira oeste nos atuais Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre.

¹²Ver Figura 10.

¹³Ver Figura 11.

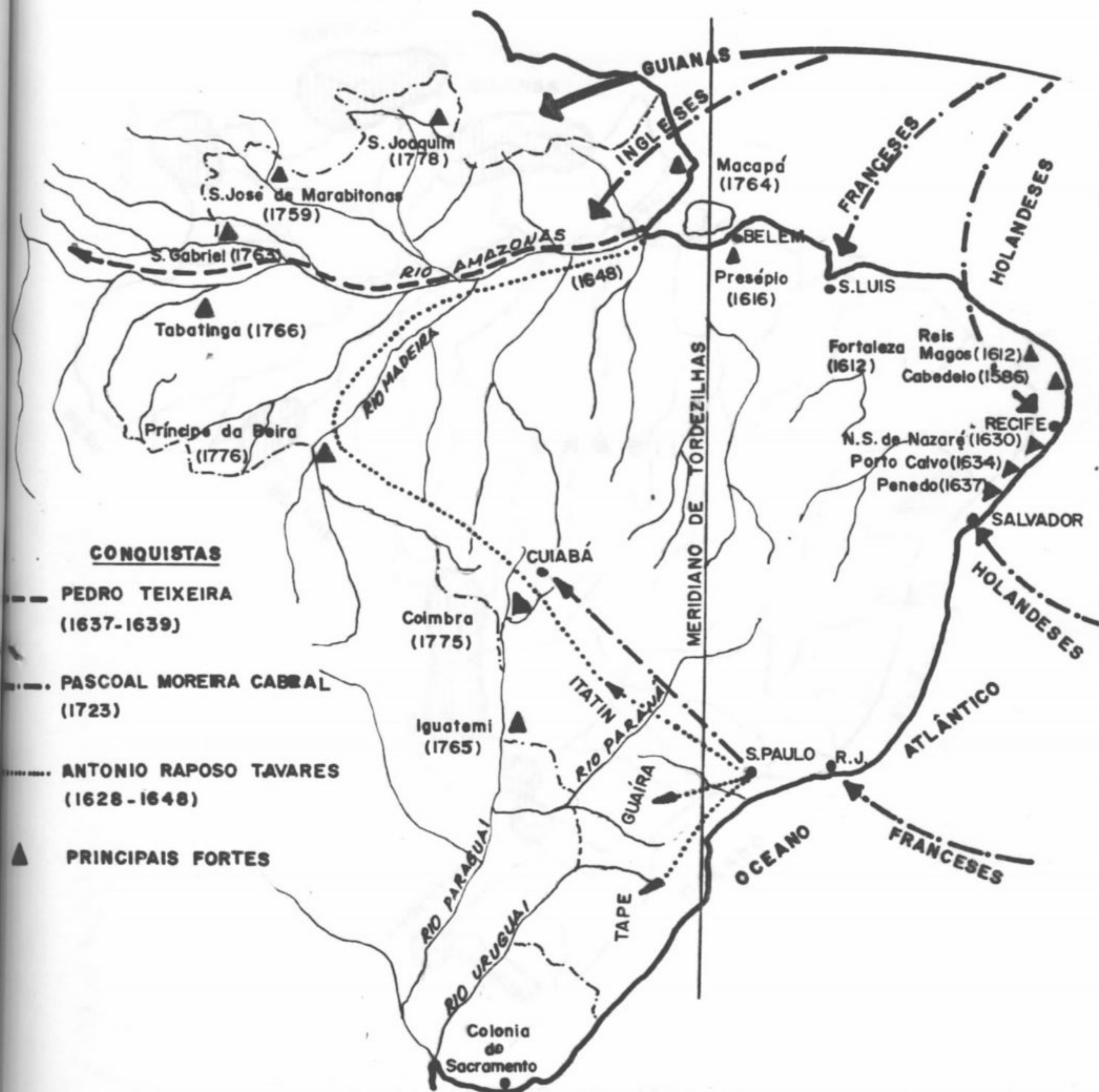


FIG. Nº 10 – CINTURÃO DEFENSIVO

Fonte: CASTRO, Therezinha de. Atlas-texto de Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Capemi, 1981. p.29.

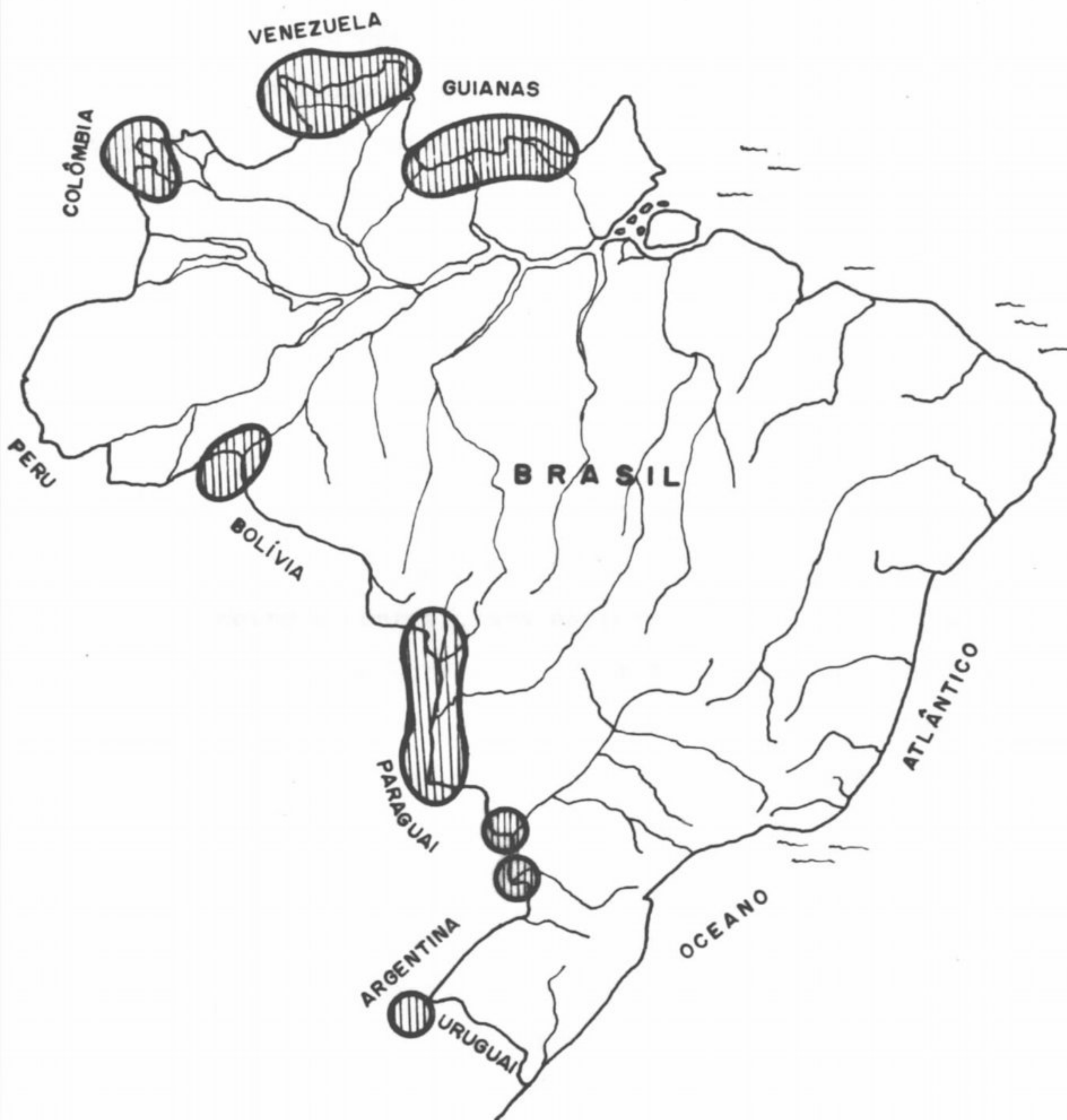


FIG. Nº 11 - FAIXAS OU CENTROS FORMADORES DE FRONTEIRAS
(SEGUNDO JAYME CORTEZÃO)

Fonte: MEIRA MATTOS, Carlos de. Uma Geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. p. 170.

- O setor setentrional de nossas fronteiras é complexo devido possivelmente à mentalidade colonialista das potências europeias (2:209). Este, na verdade, é o motivo maior da existência, ainda, de "territórios" naquela área. A Guiana e o Suriname, agora independentes nominalmente, e a Guiana Francesa, território ultramarino de país europeu, situados entre Venezuela e Brasil como solução de um longo processo geopolítico, dão testemunho da presença histórica de antigos impérios, hoje em dissolução.

A consideração de todos esses fatos permite-nos verificar a postura ^{preestabelecida} pré-estabelecida, com a nossa definição de Geopolítica. Disputa-se o espaço continental brasileiro: seus recursos naturais, do pau-brasil às especiarias, do ouro à prata; sua capacidade agrícola, com a produção açucareira no Nordeste. Disputa-se também a sua posição, articulada às grandes rotas de comércio, dentro do sistema colonial: lançada sobre o estreito do Atlântico, equidistante em relação à Europa, aos núcleos coloniais das Américas do Norte e Central, aos entrepostos africanos e ao Cabo da Boa Esperança. Como substrato dessa disputa, permanece o confronto luso-espanhol, que apresenta surpreendentes resultados: pois, se a coroa portuguesa na Europa se submete a Castela, o mesmo fato lhe faculta, nesta parte, a iniciativa de romper Tordesilhas. Avançam as fronteiras do Brasil, levando mais para o norte os invasores europeus.

As potências que disputam entre si o controle do mundo colonial não conseguem, embora o tentem com empenho, apossar-se de grandes espaços no continente. A Grã-Bretanha, que logo se torna a "rainha dos mares", um império mundial, alcançará parcialmente seu intento por via indireta, satelitizando Portugal, e obtendo, por seu intermédio, o conduto necessário à captação de riquezas brasileiras.

Vemos como a esfera geográfica, nos aspectos político, social e econômico, entra no jogo histórico do poder. Ainda que

fracamente povoado, com seus núcleos populacionais concentrados no litoral, num período em que já a metrópole se encontrava subjugada por outras nações, o Brasil teve capacidade de defender seu território, e até de expandi-lo para os vazios políticos, preservando e desenvolvendo a economia, constituindo-se como povo e forjando a nacionalidade, de tal forma que sua independência virã, em 1822, não como um beneplácito, mas como a conquista oportuna da maioria.

SEÇÃO II - O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA E SUA VISÃO GEOPOLÍTICA

De todos os brasileiros de seu tempo, certamente foi José Bonifácio de Andrada e Silva um dos mais excelsos. Talvez por isso, pontilhou-se a sua vida pública de grandes êxitos, mas também de derrotas, de prisão e até de exílio.

Durante os três anos em que lhe coube a Chefia do Governo, teve ocasião de inspirar e conduzir os acontecimentos que culminaram com a Independência do Brasil. Foi, no entanto, alvo da incompreensão dos homens de sua época, até por suas idéias inovadoras. Quanto a estas, basta lembrar que já então pensava na extinção imediata do tráfico de escravos e na abolição gradual da escravatura, em reforma agrária, na incorporação do índio e no voto do analfabeto; combatia os empréstimos obtidos de países estrangeiros e defendia princípios de política externa como o anticolonialismo, a não-intervenção, a autodeterminação (40:26).

A independência com que sonhava José Bonifácio, cujo primeiro passo ele conduziu, era mais que simples desligamento de laços da Metrópole. Tratava-se da afirmação de uma altivez, de uma grandeza moral, de uma firme vontade política. Em julho de 1822, dois meses antes do Grito do Ipiranga, escreve ele ao Cônsul interino americano:

"Meu querido Senhor, o Brasil é uma Nação, e como tal ocupará seu posto, sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais Potências. A elas se enviarão agentes

diplomáticos ou Ministros. As que nos recebam nesta base e nos tratem de Nação a Nação continuarão sendo admitidas aos nossos portos e favorecidas em seu comércio. As que se neguem serão excluídas deles" (40:45).

No exílio, José Bonifácio lamentava a participação brasileira na Campanha Cisplatina (1825-1828), em que sofremos revezes, pela inadequação de nossa Esquadra a manobras no estuário do Prata, pela tibieza de Rodrigo Lobo, e finalmente porque a Grã-Bretanha resolveu interferir e conceder independência ao Uruguai. Lembra Armando Amorim Ferreira Vidigal, porém, que, se não foi decisiva a vitória brasileira nessa campanha, não caberia a culpa à Marinha, que manteve superioridade incontestável no mar após o conflito (50:19).

Outra denúncia do Patriarca, no exílio, apontava na direção do Tratado de 1825 com Portugal, pelo qual tivemos que pagar dois milhões de esterlinos e assumimos a incompreensível obrigação de ressarcir a Grã-Bretanha de um milhão e quatrocentas mil libras perdidas pelos lusos para tentar evitar a nossa independência (40:45). Deplorava, igualmente, os tratados de 1826 e 1827 com a França e a Grã-Bretanha, como ofensas à soberania do país, por conterem cláusulas e condições de reconhecimento extremamente onerosas. Ao Encarregado de Negócios da França, o Conde de Pantois, José Bonifácio manifestou, em 1830, seu repúdio àqueles tratados "de comércio e amizade" com as potências européias. Dizia: "O Brasil é potência transatlântica... Que venham, pois, todos aqui comerciar, nada mais; porém em pé de perfeita igualdade... de outro modo é fechar-lhes os portos e proibir-lhes a entrada no País" (40:46) [o grifo é nosso].

O gênio político de José Bonifácio de Andrada e Silva é reconhecido por muitos estudiosos, geopolíticos como Meira Mattos (31:56), estrategistas como Vidigal (50:2), historiadores como José Honório Rodrigues (40:24). Refere Meira Mattos que a leitura de "Lembranças e Apontamentos", datados de 1821, revela uma antevisão de Brasil grande e poderoso, onde desponta a unidade

como primeira preocupação (31:43).

Sabe-se que a oposição ferrenha a José Bonifácio visava demolir "suas idéias sobre o Estado e a proteção à agricultura, à indústria e ao comércio, a organização do Exército e da Marinha, o pleno emprego e a educação" (40:37), bem como suas posições em "matérias relevantes para a segurança do novo Estado, recrutamento militar, construção naval e emigração" (40:42). A ele "devemos a fórmula política" que garantiu "a unidade da nação-contⁱⁿente": a "criação de uma esquadra" (50:2). A elite brasileira, por suas mais representativas personalidades, concedeu respaldo à obtenção de recursos para a formação da Esquadra. Sob inspiração de José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo e Luiz Ferreira da Nóbrega promovem subscrição popular para aquisição de meios. Referindo-se a estes, Lucas Boiteux afirma que "não podem ser esquecidos aqueles que sabem o valor da Marinha para um país debruçado sobre o mar" (6:207).

Pode-se afirmar que o Patriarca da Independência permanece cada vez mais presente no cenário geopolítico brasileiro pela força de suas idéias. Algumas delas, porém, ainda estão, na verdade, por concretizar-se. Entre essas, certamente, a maritimidade, não apenas por ser um traço vocacional básico do Brasil, mas como efetiva e válida expansão aos verdadeiros espaços brasileiros ~~no~~ no Atlântico. A criação da Esquadra, sob sua inspiração, foi apenas o início do trabalho. A contratação de alguns oficiais britânicos, para iniciarem a formação profissional de nossa Marinha, justificava-se naquele contexto histórico. Cabe-nos, agora, como nação adulta, corresponder à expectativa do gênio político, levando ao mar a nossa presença e a nossa coragem de "potência transatlântica".

José Bonifácio é, pois, um homem notável, uma daquelas personalidades absolutamente excepcionais cuja percepção e tirocínio não limitam a capacidade criadora, mas, ao contrário, colo-

cam-se a serviço do bem comum. Quase crucificado a seu tempo, por posições incômodas às potências européias, seu pensamento geopolítico e estratégico fundamentou, mais tarde, a construção de uma Pátria livre e próspera.

SEÇÃO III - ESBOÇOS GEOPOLÍTICOS PARA O BRASIL DE HOJE

Não se descarta a importância geopolítica da área central do continente, onde se dividem as águas das bacias do Prata e do Amazonas. É o chamado "heartland" sul-americano, que Golbery envolve numa "soldadura" (20:89), "a solda que une os setores geopolíticos da América do Sul" (3:1-1).

Um dos setores ligados por essa "solda", a bacia do Prata, constitui um complexo geopolítico de alta relevância. Nele se vivificam as históricas fronteiras de Tordesilhas, deslocado esse meridiano para oeste, ao sabor de confrontos de origem colonial.

Cinco nações aí se dividem e, entre elas, descem para a calha do Prata as águas dos grandes rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Interessados no processo, a Bolívia, o Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai são atores desse grande palco geopolítico.

Apresentando um retrato dessa região, em 1930, quando escreveu a "Projeção continental do Brasil", Mário Travassos elogiava a "política de comunicações platina" (título do seu Capítulo II) e "todo o quadro político argentino", que considerava um "exemplo notável", em nosso continente, a que não falta "nem extensão nem equilíbrio"; suas atividades constituem "verdadeiro sistema de forças, segundo as aspirações da própria nação e para o qual a política do Estado Argentino é a resultante lógica" (48:52). Travassos não apresenta sua apreciação sobre o lado brasileiro, nesse confronto que, até então, mostrava a grandeza dos nossos vizinhos. Estende a discussão no sentido de propor o acesso do planalto boliviano, cuja importância econômica é destacada, à

vertente atlântica, pela bacia do Amazonas.

Everardo Backheuser, por sua vez, preocupava-se em 1948 com o contraste "flagrantemente desfavorável ao Brasil" na fronteira com a Argentina, ao sul da confluência do Rio Paraná com o Rio Iguaçu. Comentava que, naquela área, o confronto de cidades e povoações dos dois países apresentava sempre um desenvolvimento maior do país platino, servido por uma infra-estrutura viária complexa e eficiente, associada a uma navegação fluvial bem explorada. As diversas cidades argentinas ali situadas, sob uma sólida e correta administração, cooperavam para tornar a cidade de Misiones "um centro econômico, político, cultural e militar muito forte" (2:259). Dizia mais Backheuser que os ervaais do Alto Paraná brasileiro eram explorados por capitalistas argentinos, os quais extraíam, também, madeira em nosso território. Usava-se o peso argentino e falava-se castelhano naquela área do Brasil. Concluía o geopolítico: "Todas essas condições antropogeográficas e mais a circunstância de existir acolá poderosa fonte de energia hidráulica (salto do Iguaçu) confrontante com os três países ... torna esse trecho da fronteira dos mais necessários de sagaz vivificação por nossa parte" (2:260).

Desde a correta previsão de Backheuser até a construção da Central Hidrelétrica de Itaipu, acontecimentos históricos e políticos vieram confirmar alguns conceitos que já emitimos. Não por acaso, tentou-se projetar a revolução comunista cubana à América do Sul, e Ernesto "Che" Guevara internou-se na Bolívia. Uma conclusão interessante sobre a derrota de Guevara é, ao mesmo tempo, uma espécie de profissão de fé antideterminista e "pró-histórica" de James Barber: "... embora a geografia influencie as políticas e os povos, tornou-se claro que apenas os homens fazem a história..." (3:1-2). Barber, que destacara, em 1965, no artigo "Geopolitical Factors in Latin America", que "Argentina e Brasil estavam envolvidos em uma luta titânica, econômica, demográfica,

e diplomática, pela hegemonia" (3:1-1), destaca o grande projeto brasileiro pós-64 de industrialização, assimilação de tecnologia e aumento de exportações, bem como a construção de rodovias sob a inspiração dos princípios geopolíticos de continentalização e colonização (3:1-2).

A crença da Argentina em sua posição privilegiada na foz do Rio da Prata, ponto focal do seu sistema ferroviário, bem como do paraguaio e do boliviano, veio a ser abalada pelo constante assoreamento do porto platino (3:1-8). A necessidade de águas profundas para navios cada vez maiores, supernavios de grande deslocamento, a estratégia brasileira dos "corredores de exportação", com a construção do superporto do Rio Grande, e a articulação deste e dos portos de Paranaguá e Santos, pela malha viária, às margens brasileiras da bacia, favoreceram a reativação econômica da Região Sul.

A construção de Itaipu marcou a agressiva ação brasileira, num confronto em que a superioridade demográfica já acentuava "o avanço ideológico, econômico e tecnológico do Brasil" (3:1-9). A epopéia de Itaipu, empresa binacional, exemplo de integração, trouxe uma realidade nova à bacia do Prata. Itaipu é equidistante de Rio de Janeiro, Brasília, Montevideu e Buenos Aires, próxima de Assunção e Curitiba, fica a média distância de São Paulo e é articulável a La Paz¹⁴. Cobrirá, em 1990, com sua capacidade instalada de 12.600 MW e seu atendimento ao consumo de 75 milhões de MWh, 36% do fornecimento de energia elétrica às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, podendo cobrir, também, todo o Paraguai. As turbinas geradoras e os equipamentos elétricos, bem como a tecnologia de montagem, são 80% nacionais e os equipamentos hidromecânicos inteiramente brasileiros. É fato que hoje o país enfrenta problemas de distribuição de energia elétrica nessas

¹⁴Ver Figura 12.

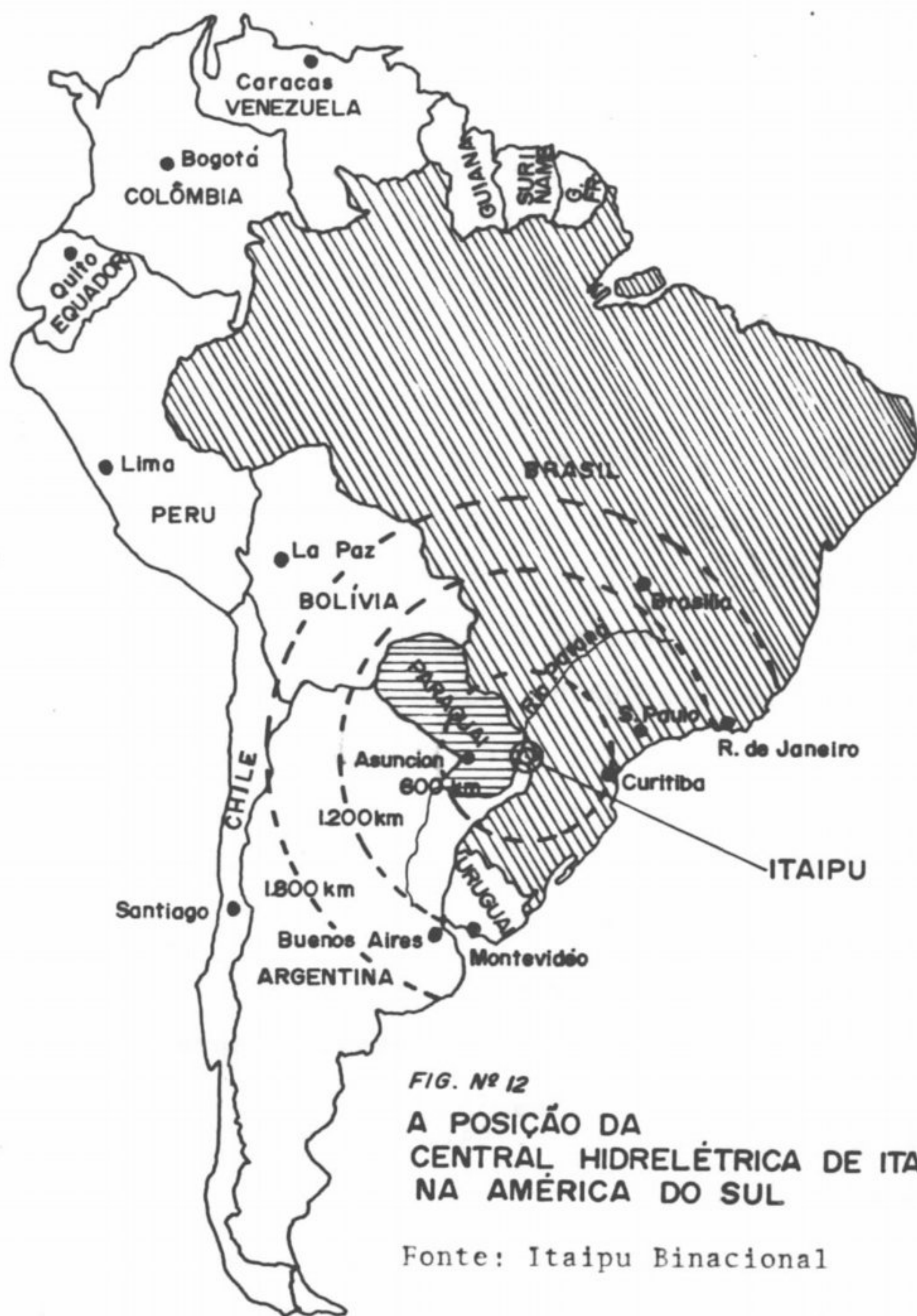


FIG. Nº 12

**A POSIÇÃO DA
CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU
NA AMÉRICA DO SUL**

Fonte: Itaipu Binacional

regiões, mas já se procura acelerar o cronograma de Itaipu para resolvê-los.

A construção favoreceu intensamente a vivificação econômica e social da fronteira Brasil-Paraguai, aumentando, nos dois países, a circulação viária, a oferta de empregos e a formação de mão-de-obra. Do ponto de vista estratégico, a criação do "mar paraguaio", a montante de Itaipu, com a inundação de cerca de 1400 Km², 800 dos quais no Brasil e 600 no Paraguai, e o estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa Itaipu-Corpus¹⁵ sintetizam um novo espírito integrador na área, sem prejuízo para o Brasil e sem deixar de valorizar os interesses dos demais países.

A idéia do Brasil-arquipélago volta vez por outra nos escritos de Golbery para "ressaltar a pobreza de nossas comunicações interiores e a triste e perigosa contingência em que nos encontramos, ainda como escravos dos transportes marítimos periféricos" (20:45). Concordamos, em termos, quanto à falta de boas comunicações terrestres nos anos 50/60, num território carente de estradas e com o potencial hidroviário inproveitado. Mas não podemos concordar com o fecho do discurso, na medida em que eram também, sempre foram, e continuam a ser ainda hoje, apesar do avanço, insuficientes os meios marítimos de comunicação.

Três linhas básicas, então propostas pelo autor citado, serviram de vetores estratégicos de ação em governos pós-64:

"1º - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

2º - impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro...

3º - inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avan-

¹⁵Ver Figura 13. Notícia-se, hoje (26-jul.-1986), para breve, encontro dos Presidentes argentino e brasileiro, com vistas a uma integração econômica real dos dois países.

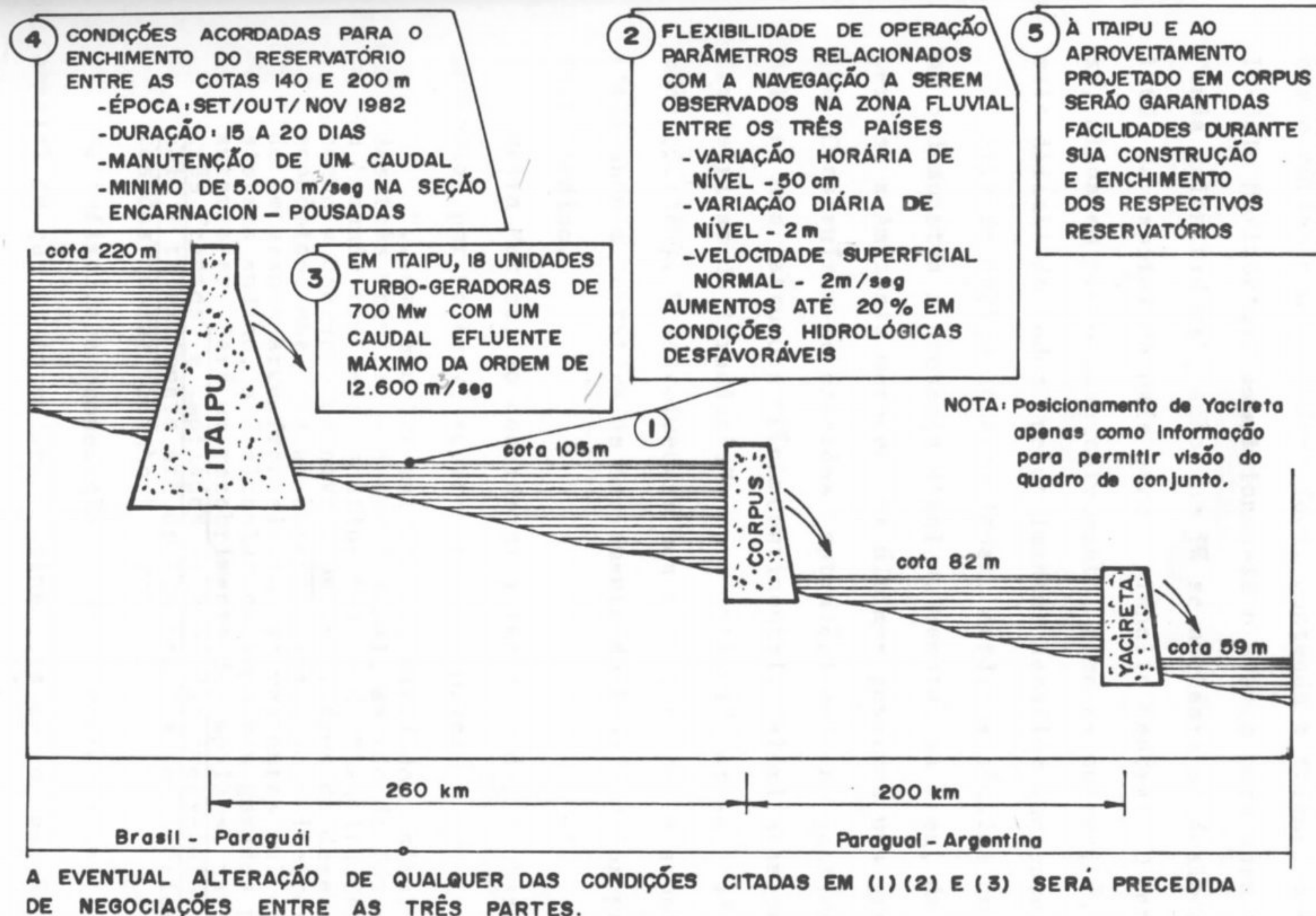


FIG. Nº 13 - SÍNTESE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERATIVA ITAIPU-CORPUS (19-10-79)

Fonte: Itaipu Binacional

çada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio" (20:47).

De fato, procedeu-se a um amplo esforço de governo para dar fundamento estrutural às ligações viárias do Nordeste e do Sul com o núcleo central (área focal contendo o triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte), impulsionou-se o avanço para noroeste de uma "onda colonizadora", ação que já se nucleara no deslocamento, em 1960, da capital do país para o Planalto Central. O terceiro passo, ainda em pleno desenvolvimento, como os outros, é, porém, o mais difícil de todos, pelos imensos desafios que envolve.

Alvo da cobiça internacional, desde os séculos coloniais, como o demonstra a presença atual ou remota, na área, de antigos impérios, a Amazônia mereceu dos últimos governos uma grande atenção. Construíram-se estradas "estratégicas", no sentido de estabelecer uma estrutura viária continental. Valorizaram-se as "áreas fronteiriças de irradiação", para articulá-las aos países vizinhos (32:168). Desenvolveu-se uma política "pan-amazônica", neutralizando a tentativa de isolamento do Brasil pelos países do Pacto Andino.

Meira Mattos, ao considerar a terceira das linhas de ação propostas por Golbery, sugere, em seu lugar:

"...uma manobra mais ampla, partindo simultaneamente das três frentes — a tradicional, saindo da foz e subindo o "grande rio" e seus afluentes, a do Planalto Central descendo e operando um novo front em termos de desenvolvimento econômico, que virá ao encontro dos dois primeiros, baixando do grande arco fronteiriço das vertentes sul e oeste do sistema andino, até alcançar os impulsos gerados pelos dois anteriores. Será um recobrimento de impulsos, partindo de três frentes, e ampliados através das áreas-pólos binacionais e trinacionais até os limites dos territórios amazônicos dos nossos vizinhos" (32:173).

Da sofisticada proposição de Meira Mattos ressalta-se o essencial de que as intenções continentais de integração da Amazônia passam, aqui, por uma geopolítica "pan-nacional", para usar a mesma linguagem do seu autor. Já se registra a ligação entre Caracas e Brasília, via Boa Vista, Manaus, Porto Velho e Cuiabá. Projeta-se atrair Paramaribo a Santarém, Georgetown a Boa Vista, e Bogotá

ã Perimetral Norte, Tabatinga e Cruzeiro do Sul, esta como ponto extremo da Transamazônica, oferecem-se como opções a Quito e à malha viária peruano-equatoriana, de Lima a Iquitos, passando por Pucalpa¹⁶.

Observa Lewis Tambs que os "países da costa do Pacífico — todos os membros do Grupo Andino — foram atraídos para o Pacto Amazônico pelo espetacular progresso econômico e industrial brasileiro e pelo desejo de incrementar sua tecnologia". Julga o "brasilianista" norte-americano que "esta inflexão em direção ao Brasil fraturou o grupo andino..." (46:141).

SEÇÃO IV - CONCLUSÃO

Este Capítulo é, ao mesmo tempo, uma aplicação do conceito defendido no primeiro e um passo intermediário para o terceiro. Assim, tratou-se das raízes geopolíticas da continentalização na história do país, no confronto dos vetores de origens hispânica e lusíada na América do Sul. Nesse confronto, ressaltou-se o esforço de integração territorial do Brasil.

Como posição parcialmente conclusiva, ainda intermediária, resumimos as propostas estratégicas de Golbery e Meira Mattos, complementares entre si, modelos de ações governamentais do período pós-64 (Quadro da Figura 15).

Observamos que tais propostas visaram à ocupação e à colonização dos espaços interiores, não incorporando ao todo nacional o território marítimo.

¹⁶Ver Figura 14.

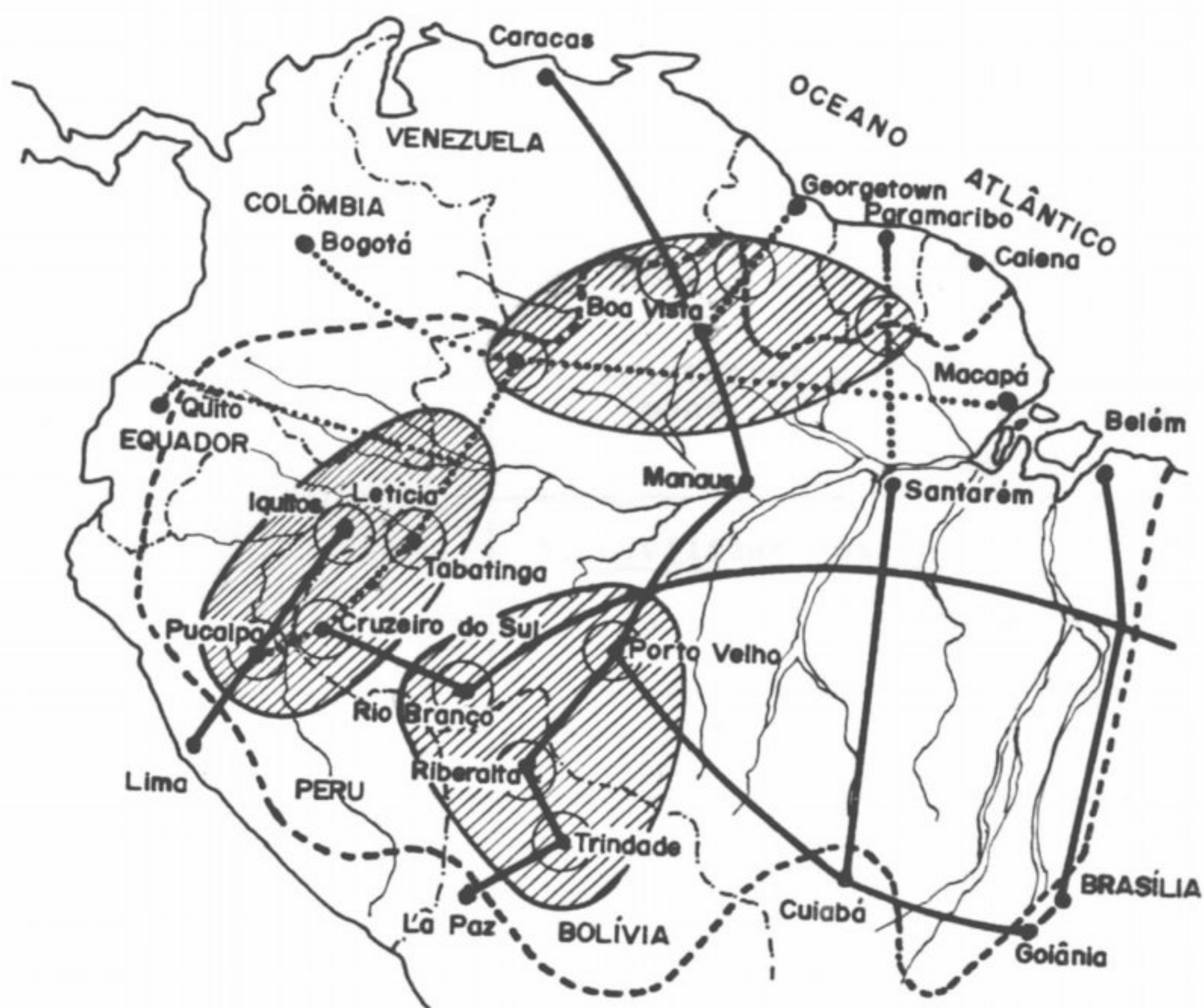


FIG. Nº 14 - ÁREAS FRONTEIRIÇAS DE IRRADIAÇÃO

Fonte: MEIRA MATTOS, Carlos de. Uma Geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. p. 168.

A U T O R	E S T R A T É G I A
Golbery	1. <u>Articular base ecumênica</u> - ligar nordeste e sul ao núcleo central; - tamponar vias de penetração nos vazios.
	2. <u>Avançar colonização para noroeste</u> - integrar centro-oeste ao ecúmeno.
	3. <u>Civilizar Amazônia</u> - a partir do centro-oeste; - progressão E-W seguindo Rio Amazonas.
Meira Mattos	1. <u>Civilizar Amazônia (est. 3 Golbery)</u> - a partir do centro-oeste; - progressão E-W seguindo Rio Amazonas; - a partir do arco fronteiriço das vertentes sul e oeste dos Andes até alcançar as frentes acima descritas. (política pan-amazônica)

Fig. nº 15 - Quadro: estratégias de integração

CAPÍTULO 3

ANOTAÇÕES PARA UMA PROSPECTIVA GEOPOLÍTICA DO BRASIL

SEÇÃO I - BRASIL, CONTINENTAL OU MARÍTIMO?

Os geopolíticos brasileiros buscam em geral uma definição dos quocientes de "maritimidade" e "continentalidade", mediante a simples relação matemática entre a extensão linear do litoral e a extensão linear da fronteira terrestre. É assim que Backheuser, citando Supan, analisa a maritimidade de diversos países, entre os limites de uma Grã-Bretanha de índice infinito e uma Bolívia de índice zero (2:193). A última frase de seu "Curso de Geopolítica Geral e do Brasil" refletiria, depois, a constatação de que a nossa fronteira marítima mede mais ou menos a metade da terrestre, e, portanto, o quociente de maritimidade do Brasil é de cerca de 0,5, "inferior ao da maioria dos países europeus" (2:272).

Meira Mattos assume, sem discussão, o que chama de "critério geopolítico", e, usando a relação invertida, conclui que o nosso "fator de continentalidade" é de, aproximadamente, 2 para 1, computados os 15719 Km de fronteiras continentais e os 7408 Km de litoral (31:70) (33:107).

É bastante discutível, sob vários pontos de vista, o método adotado. Uma simples menção de maritimidade "infinita" para a Grã-Bretanha, apesar de pressupostos históricos de expansão universal do império britânico, não parece livre de exageros. Há, naturalmente, limites a essa maritimidade, que vão desde a ligação quase "continental" com a França, de que se separa apenas pela Mancha, até a própria carência de recursos, talvez pouco notável nos períodos áureos do colonialismo, no entanto mais perceptível hoje. A vontade nacional, como expressão do poder, deve ser também considerada, e nem sempre uma nação que disponha de maritimidade "infinita" é de fato uma potência marítima. Aí estão,

MB

como exemplos, os países caribenhos, de inexpressiva projeção marítima. MB

Também não se pode dizer que um país sem litoral possua maritimidade "zero". Quando nos detemos sobre os fatores geo-históricos e analisamos os objetivos nacionais da Bolívia, por exemplo, devemos concluir que a firme aspiração de uma saída para o Pacífico constitui elemento de maritimidade. Não deixemos, também, de reconhecer o interesse marítimo paraguaio, lembrando que a guerra movida por Solano López contra a Tríplice Aliança si- disentível
tuava-se num contexto de maritimidade, pois visava à obtenção de uma saída para o Atlântico. E não só por critérios geo-históricos, ou geopolíticos no passado, mas igualmente numa perquiri-
ção atual, pode-se dizer que Bolívia e Paraguai não são desprovidos de maritimidade, já que necessitam articular-se a portos marítimos, por via continental e fluvial, para realizar seu comércio com outras nações transoceânicas. Nesse particular, de fundamental importância para eles, o Brasil tem papel relevante a desempenhar, integrando-se no concerto regional, a salvo de posições hegemônicas ou imperialistas, para favorecer, mediante justa recompensa, a consecução dos propósitos desses países vizinhos.

A continentalidade dupla ou a maritimidade de 0,5, que se confere ao Brasil, pouco representa. As medidas lineares do litoral e das fronteiras terrestres não expressam o grau de envolvimento continental ou marítimo de uma nação. Do ponto de vista do oceano, é, mais uma vez, necessário lembrar que maritimidade não é litoraneidade. A projeção do continente, como solo e subso- MB
lo marinhos, com sua complexa constituição, onde avulta a existência de recursos energéticos de elevado valor estratégico, além de outros obteníveis da massa líquida, como a energia de ma-
rés, o gradiente térmico, a energia de ondas; a ocorrência de minerais de águas pouco profundas, como as algas calcárias, e

de outros recursos aluvionares oriundos do continente, como ouro e diamante; as perspectivas de utilização dos nódulos polimetálicos dos fundos marinhos, como o níquel, em quantidades algumas vezes superiores à existente em terra firme, e, secundariamente, o cobalto, o cobre e o vanádio, além do manganês; tudo isso representa uma realidade concreta, de que não se pode fazer "tábula rasa". Acresce, ainda, a necessidade de conhecimento e exploração do potencial pesqueiro das águas jurisdicionais, que se acentua na fase de transição de regimes jurídicos internos para um amplo regime jurídico de consenso, criado pela III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar¹⁷.

Outros índices de continentalidade são igualmente adotados, como o que mostra Golbery sobre a quantidade do território que se encontra a mais de 1000 Km do litoral. No caso brasileiro, os 40% representam a percentagem de continentalidade em relação ao litoral atlântico, o que o autor citado considera desfavorável no confronto com qualquer continente: "Europa — 7%; Ásia — 32%; África — 27%; América do Norte — 10%; América do Sul — 16%; Austrália — 0%"(20:47).

Também esse critério, ainda que possa servir como elemento aproximado da referência, carece de rigor, apesar dos números. É preciso ter em conta que, nem sempre, a Aritmética serve como prova da validade de um conceito; e, muitas vezes, mesmo a Estatística, com sua sofisticação de médias e desvios, pode ser manipulada sagazmente. Apresentando a linha de 1000 Km de distância do litoral como parâmetro de comparação entre maritimidade e continentalidade, o próprio Golbery reconhece que "muito pequena pode ser a valia de uma comparação unilateral como essa

¹⁷ CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Versão em Língua Portuguesa. Com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Mar do Governo da República de Portugal, s.l., 1985.

que põe em lugar de destaque a Austrália, a despeito de seu imenso deserto central...". De fato, "... o Amazonas... prolonga até o fim de nossas fronteiras, e para lá delas, a ação estimulante do mar, através de seu caudal franqueado a navios de alto bordo e em excelente concordância com as rotas oceânicas" (20:47).

Na verdade, não sã do ponto de vista das comunicações, mas também quanto aos aspectos geológicos e geomorfológicos, ocorre uma zona de forte interação do oceano com o continente, que pode incluir "setores de abrasão e de sedimentação da costa, planícies de restinga e sistemas lagunares, planícies e terras baixas sublitorâneas sob influência das marés e as bacias hidrográficas da retroterra"¹⁸.

As bacias hidrográficas da retroterra(interior, ou "hinterland"), como no caso da Amazônia, podem ir muito além dos 1000 Km. A própria formação recente dessa bacia entre as duas ilhas arqueanas, a do norte, com o Maciço Guiano, e a do sul, com o Maciço Central, justifica as relações geológicas e geomorfológicas com o oceano.

O conceito de maritimidade predominante na Marinha do Brasil origina-se nas posições defendidas por Mahan, que enumera as "principais condições que afetam o Poder Marítimo das nações" da seguinte forma: posição geográfica, conformação física, incluindo produção natural e clima, extensão do território, população, caráter do povo, caráter do governo, envolvendo as instituições nacionais (30:28).

Mario Cesar Flores apresenta as condições de Mahan como os "fatores que estimulam ou limitam a capacidade dos povos para o exercício de atividades marítimas". Usando a clássica divisão do Poder Nacional nos quatro campos do poder, Flores define o Poder

¹⁸ Definição de Zona Costeira, constante do Projeto de Lei nº 3759/1984, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, posteriormente retirado do Congresso Nacional.

Marítimo como "a integração dos meios relacionados com o mar, ou seja, a integração das manifestações do Poder Nacional que permitem a utilização do mar — e de outras vias navegáveis — para a consecução dos objetivos... (de) progresso e segurança". Os elementos do Poder Marítimo são o Poder Naval (parcela do Poder Militar que atua no mar), a marinha mercante, as indústrias de construção e reparos navais, os portos, a indústria da pesca, os meios de pesquisa, exploração e preservação das riquezas do mar e do seu leito, e os homens que trabalham no mar (23:91).

Expressa, portanto, o Poder Marítimo a capacidade de um país fazer uso do mar e dos rios não apenas como vias de comunicação, mas também como fontes de produção. É o Poder Marítimo um instrumento da eficácia do sistema "geo-nacional", em sua geografia política, econômica e social.

Considerando os fatores condicionantes de Mahan, reapresentados por Flores (23:87), diríamos que a posição do território, sua configuração física e sua extensão podem filiar-se à base política, a produção nacional à base econômica, e a vocação ou tendência marítima do povo à base social do Poder Marítimo.

Uma análise das condições do Brasil permite constatar suas amplas relações de maritimidade:

- quanto à sua posição, não sofre grandes pressões nas fronteiras terrestres, e, tendo dirigido nos últimos lustros um grande esforço para integração dos espaços continentais, é chamado agora à responsabilidade de ocupar seu espaço marítimo; apesar da tendência de valorização do Pacífico, as rotas do Cabo da Boa Esperança e do Cabo Horn, bem como a acentuada importância do setor atlântico da Antártica, fortalecem a posição brasileira;

- quanto à configuração física, possui portos de águas profundas ao longo do litoral em número razoável para o escoamento da produção, e dedicou grande esforço na criação de u'a malha viária estratégica; a malha fluvial ainda necessita de maiores

investimentos para viabilizar a navegação interior como uma opção real;

(10)

- quanto à extensão do território e do litoral como fator de força ou fraqueza, conforme a distribuição populacional, o crônico êxodo do campo, que reforça a concentração do ecúmeno na faixa costeira, tem sido compensado por uma agressiva política de expansão e integração direcionada para o "heartland" brasileiro; o crescimento demográfico de 2,4% ao ano tem suprido de novos contingentes o ecúmeno, criando grandes metrópoles superpovoadas; o desequilíbrio dessas superpopulações litorâneas com os grandes espaços vazios ainda espera solução;

- quanto à produção nacional, vencidos os anos de depressão, a economia se recupera a largos passos, a produção aumenta acentuadamente a partir de 1985; oitava economia do mundo ocidental, aspira o país a ascender ainda mais nessa escala nos próximos anos, e só poderá fazê-lo na medida em que assumir a sua maritimidade;

- quanto à vocação marítima, estamos aquém de nossas imensas possibilidades; mas os grandes desafios que se abrem para exploração e exploração de recursos vivos e não-vivos, no oceano e na plataforma continental, hão de despertar as forças nacionais.

Outra definição de Poder Marítimo é-nos apontada pelo Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, que basicamente confirma o conceito de Flores: "... é a projeção do Poder Nacional sobre os mares e oceanos visando à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais" (37:12). Compreende José Maria do Amaral Oliveira que, na conjuntura internacional, o confronto das superpotências submete a um enfoque crítico as regras, os métodos e os princípios de aplicação do Poder Marítimo (37:13). Desse modo, podem-se definir dois níveis de restrições: um inferior, que supõe condicionantes políticos da ordem internacional, reduzindo a liberdade de ação dos poderes navais, ainda que superdotados; e um

nível superior, relativo aos "valores inimagináveis" de forças das superpotências, que extrapolam os oceanos e absorvem a qualificação "marítima" do poder (37:14).

Amaral Oliveira discute longamente o contínuo conflito entre os dois blocos e suas repercussões sobre o mar, na conjuntura. E, ao propor um posicionamento brasileiro que se coadune à realidade desse conflito, mas também ao que chama "transparência" (a tecnologia que transforma o mundo numa "aldeia global"), exorciza soluções puramente tempestivas, ou, como as classifica, um raciocínio apenas "tático". Sua idéia do "como fazer" envolve "estratégias" segundo um "processo sistêmico abrangente, calcado em níveis tecnológicos ao nosso alcance", que considerem os "diversos aspectos... (do) problema em suas interações mais amplas no contexto do... que entendemos como Nação" (37:36).

Eis uma nova luz que se projeta sobre o pensamento geopolítico brasileiro: a Estratégia Nacional não há de ser um planejamento oportunista, mas terá que constituir um modelo de integração dos diversos setores do potencial, mobilizado, continuamente, de forma dialética, como poder.

É nessa mesma perspectiva abrangente e sistemática que desejamos ver consolidada a maritimidade brasileira.

SEÇÃO II - A MALHA HIDROVIÁRIA

O Brasil é muito bem servido de cursos fluviais, descontados os desequilíbrios de distribuição regional. Drenam-se para fora do país, anualmente, oito trilhões de metros cúbicos de água, o que corresponde a uma vazão média de 251.000 m³/s. O escoamento hídrico, que adiciona a essa vazão a proveniente de outros países, corresponde a 15% do escoamento superficial da Terra, e, do total nacional, 80% são da bacia amazônica (11:5).

A origem dessa fabulosa riqueza, pode-se descrevê-la de forma razoavelmente simples. Basicamente, ela provém da precipita-

ção, e sua distribuição regional está associada às diferenças espaciais da intensidade dessa precipitação, à forma física do território e à composição do solo. No caso específico do Amazonas, o curso recebe contribuição de geleiras andinas, de cujo degelo originam-se lagos, que alimentam riachos formadores do grande rio.

Calcula-se que, em termos médios, a precipitação forneceria uma lâmina d'água de 1,8 metros sobre o território brasileiro (11:5). É claro que às diferenças inter-regionais já apontadas devem-se acrescentar as variações sazonais e a grande oscilação interanual nos índices de chuva. Tal variabilidade é responsável pela ocorrência de eventos extremos como secas e enchentes no Nordeste e no Sul brasileiros, que se ligam a mudanças críticas de intensidade de precipitação na Amazônia e em outras regiões tropicais e subtropicais.

Sem descer aos detalhes técnicos das causas meteorológicas, diríamos que a distribuição espácio-temporal média das águas sobre o continente é devida à associação e à mudança sazonal dos seguintes mecanismos¹⁹:

- uma zona de convergência intertropical, que se forma na região equatorial oceânica, e que pode situar-se desde o Caribe até o Nordeste brasileiro;

- zonas de convergência frontais do Atlântico Sul, com influência sobre o continente, podendo chegar até o Nordeste;

- uma zona de baixa pressão continental (alta pressão em altitude), intensa, estatisticamente, na primavera, e estendendo-se, nos meses de verão, devido ao maior aquecimento do continente; e

- circulação geral da atmosfera, com ênfase nas "célu-

¹⁹Ver Figuras 16 e 17.

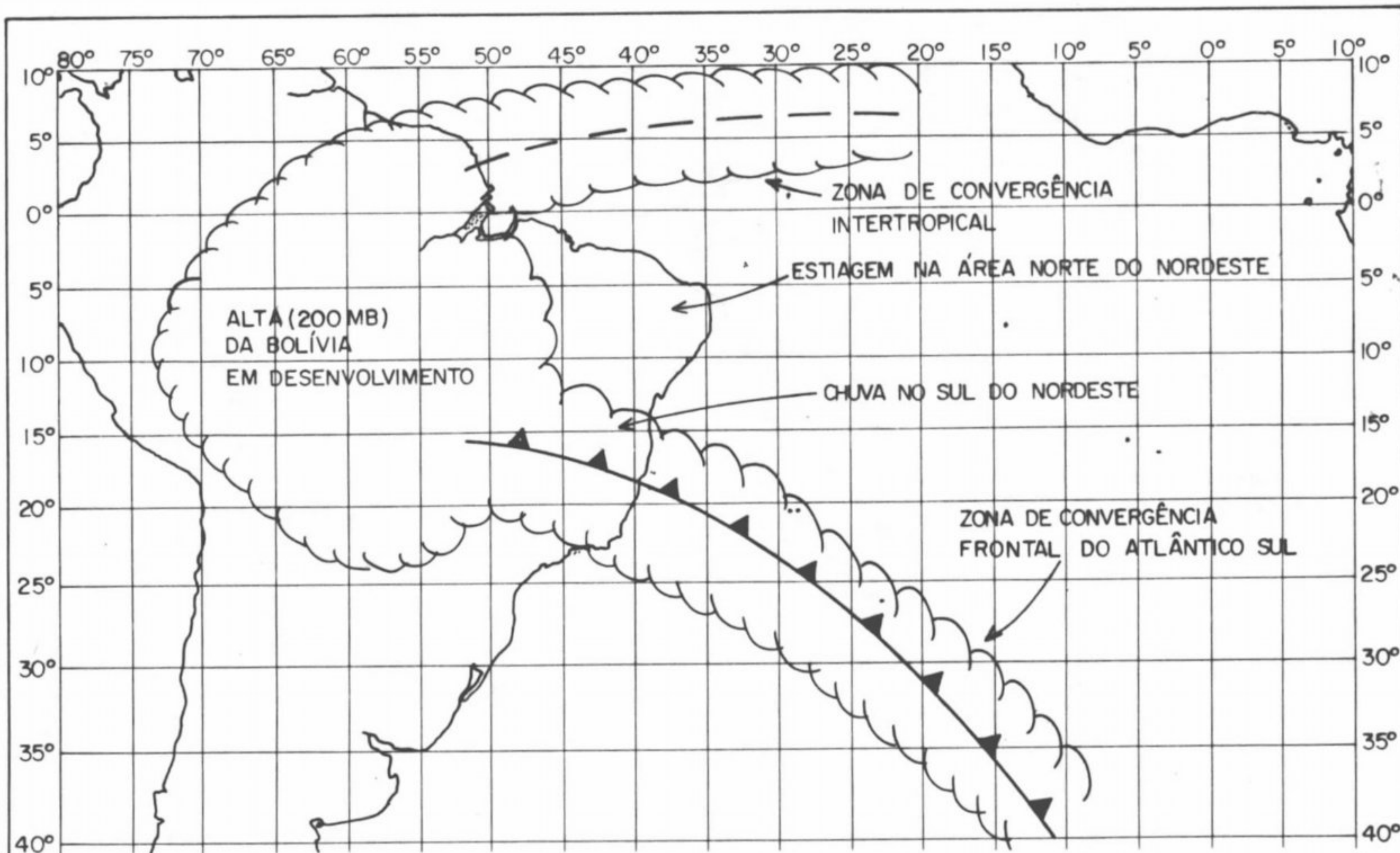


Fig. nº 16 - Interação da zona de convergência intertropical com as zonas de convergência frontais, na primavera.

Fonte: OLIVEIRA, Lucimar Luciano de. Zonas de convergência no Atlântico Sul e suas influências no regime de precipitação no Nordeste do Brasil. In: DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Anais Hidrográficos, Tomo XXXVIII. Rio de Janeiro, 1981. p. 178.

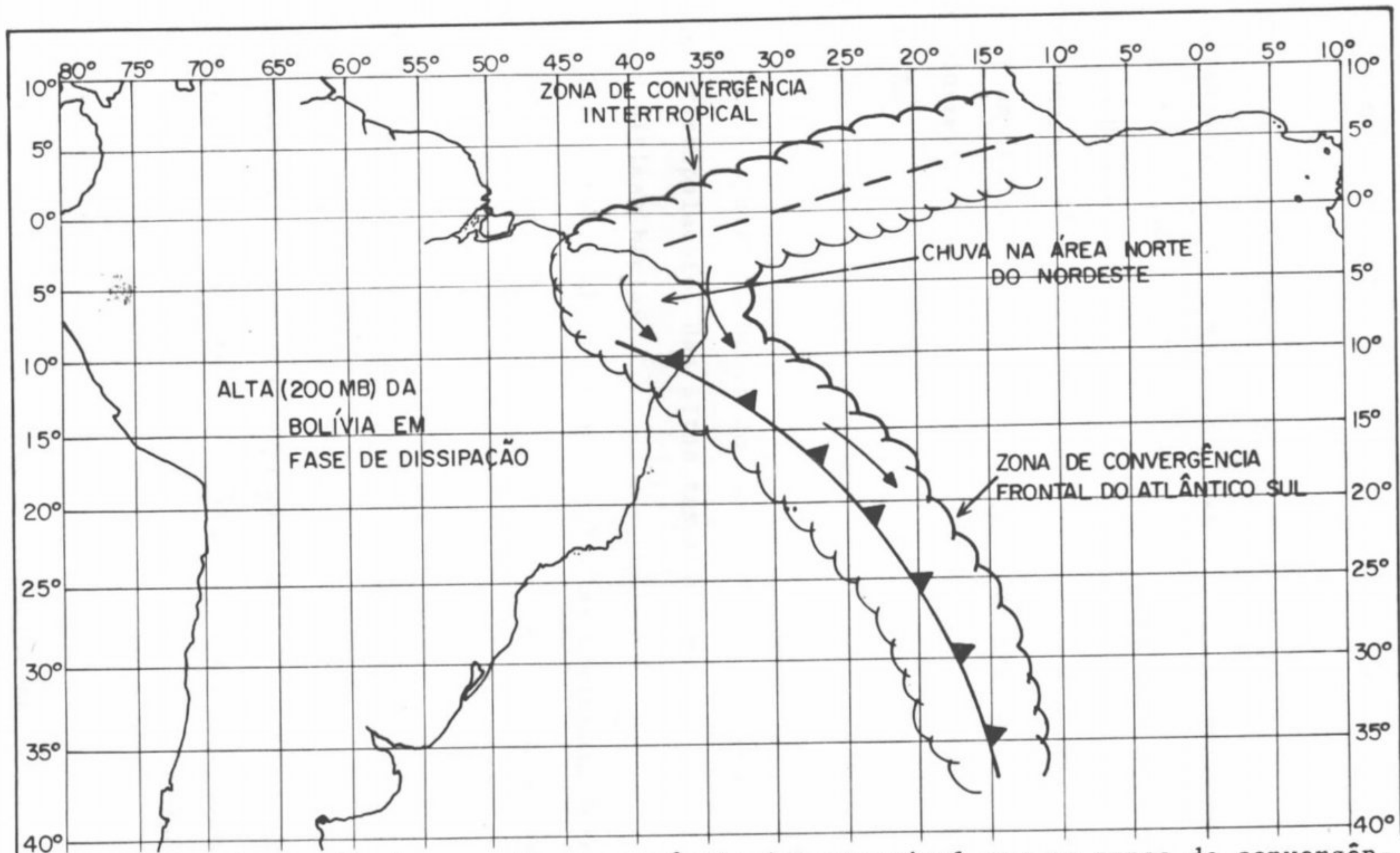


Fig. nº 17 - Interação da zona de convergência intertropical com as zonas de convergência frontais, no outono.

Fonte: OLIVEIRA, Lucimar Luciano de. Zonas de convergência no Atlântico Sul e suas influências no regime de precipitação no Nordeste do Brasil. In: DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Anais Hidrográficos, Tomo XXXVIII. Rio de Janeiro, 1981. p. 178.

las" tropicais²⁰.

Para considerar os efeitos dessa precipitação sobre a malha fluvial, vamos adotar a divisão de bacias proposta pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), do Ministério das Minas e Energia²¹.

Observe-se, mais uma vez, o excepcional desempenho da bacia amazônica, comparando-se sua relação entre vazão média e chuva anual, que chega a ser da ordem de quase 50%; também as bacias do Uruguai (território brasileiro) e do Atlântico Sul, trecho sudeste, têm esse desempenho maior que 40%. Isto quer significar um índice menor de perda das águas precipitadas. Fato oposto ocorre nas bacias do Paraguai (território brasileiro), Atlântico Sul, trecho leste, ao norte do Rio Pardo (Bahia) e Atlântico Sul, trecho nordeste, cujo desempenho em termos de aproveitamento hídrico é da ordem de 10%; também com baixo desempenho (cerca de 15%) aparece a bacia do São Francisco. Tais valores resultam, principalmente, das altas taxas de evaporação que ocorrem nestas últimas bacias.

Interessante observar que as bacias correspondentes ao Nordeste Ocidental recebem, em média, uma razoável precipitação anual de cerca de 1.000 milímetros, mas o seu desempenho é bastante baixo, em função das perdas por evaporação.

O consumo de energia hidráulica em 1983 foi equivalente a 900.200 barris de petróleo por dia, 29% do nosso consumo energético total. Nesse mesmo ano, produziram-se 340.000 e importaram-se 752.000 barris diários de petróleo. Considerando que em 1985 ultrapassou-se a marca de 600.000 barris, cresce a expectativa em

²⁰Sobre o assunto, ver nosso trabalho que trata das "Zonas de convergência frontais e suas influências no regime de precipitação no Nordeste do Brasil"(38:178).

²¹Ver Figura 18. A distribuição média espacial das águas e o seu regime podem ser analisados pelos esquemas da Figura 19, que reproduzem os resultados da Tabela 1.



Fig. nº 18 - Bacias hidrográficas brasileiras.

Fonte: BRASIL. Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia. Atuação 1979-1985. Brasília, 1985. p.9.

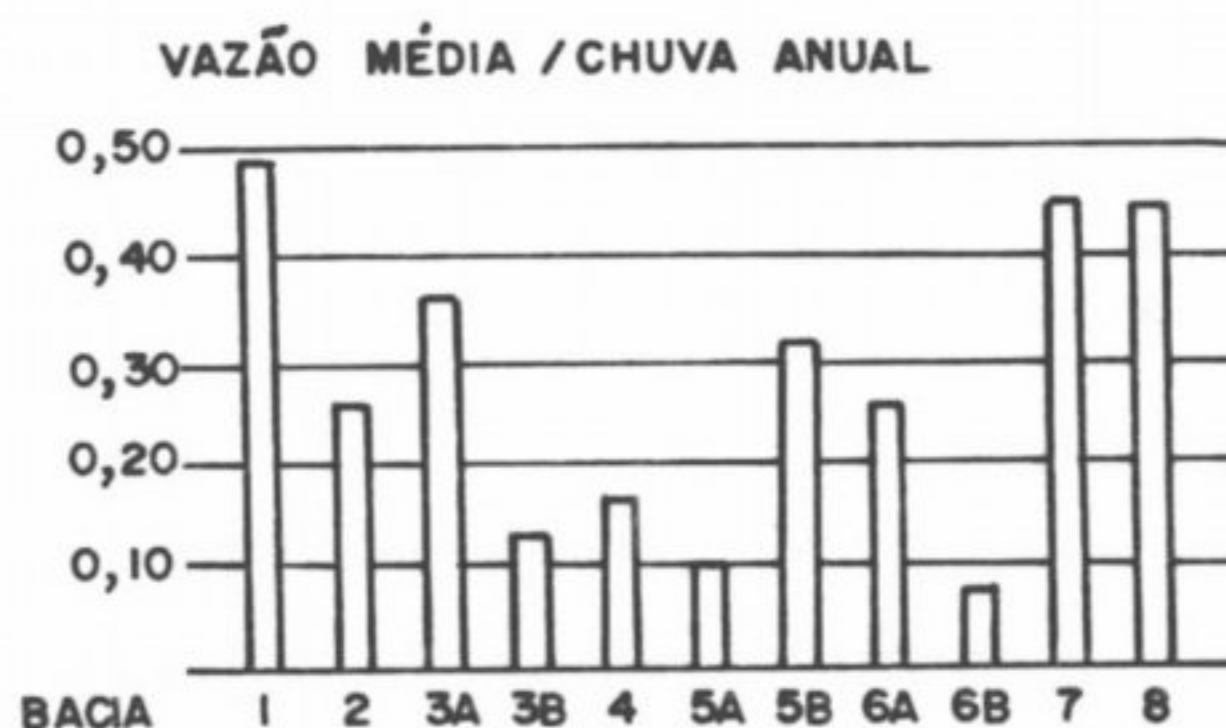
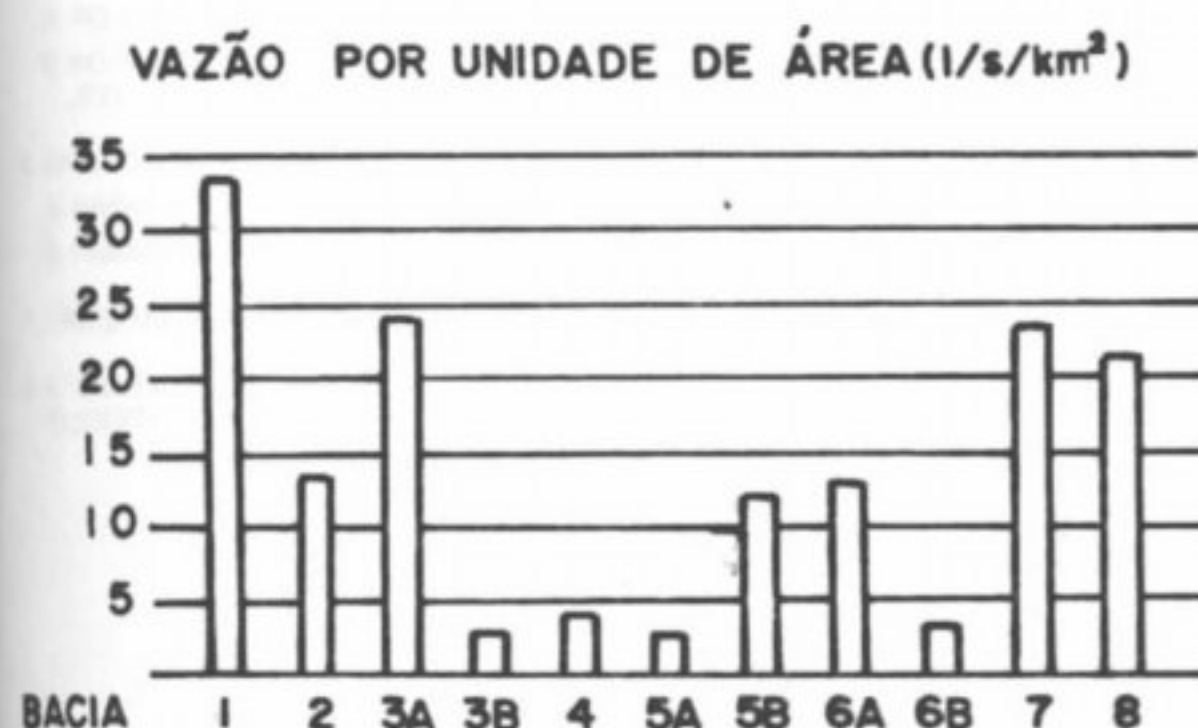
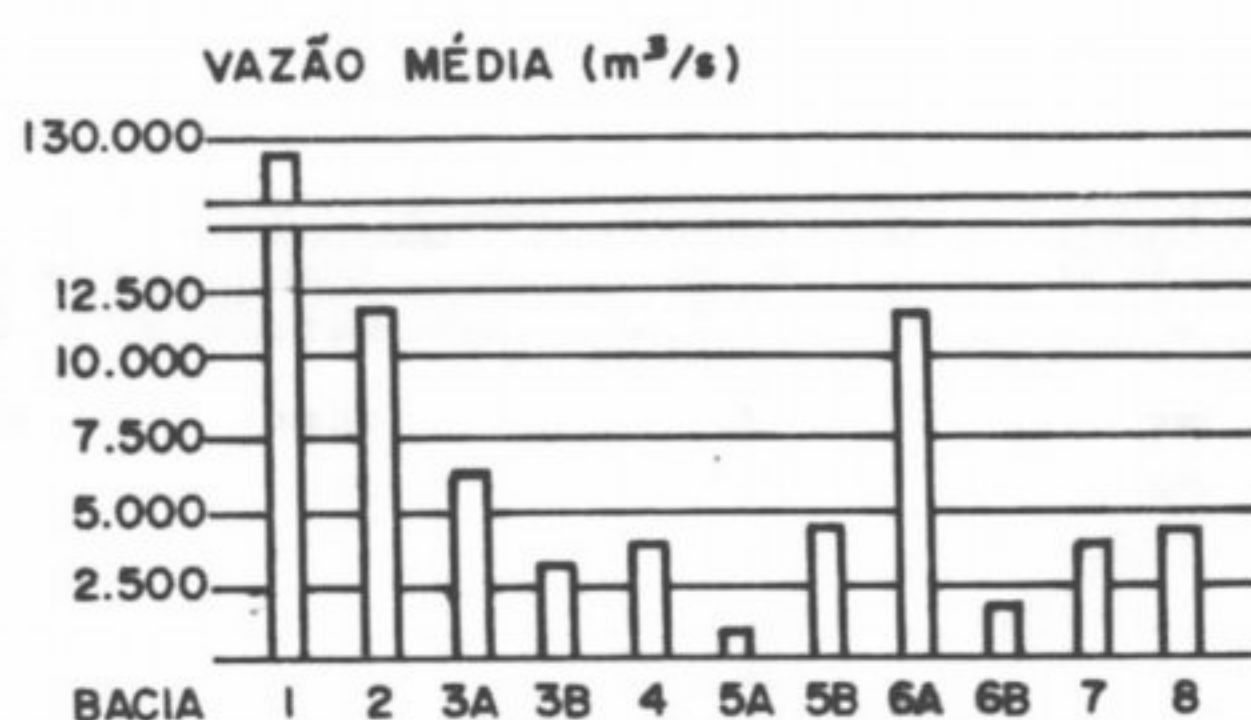
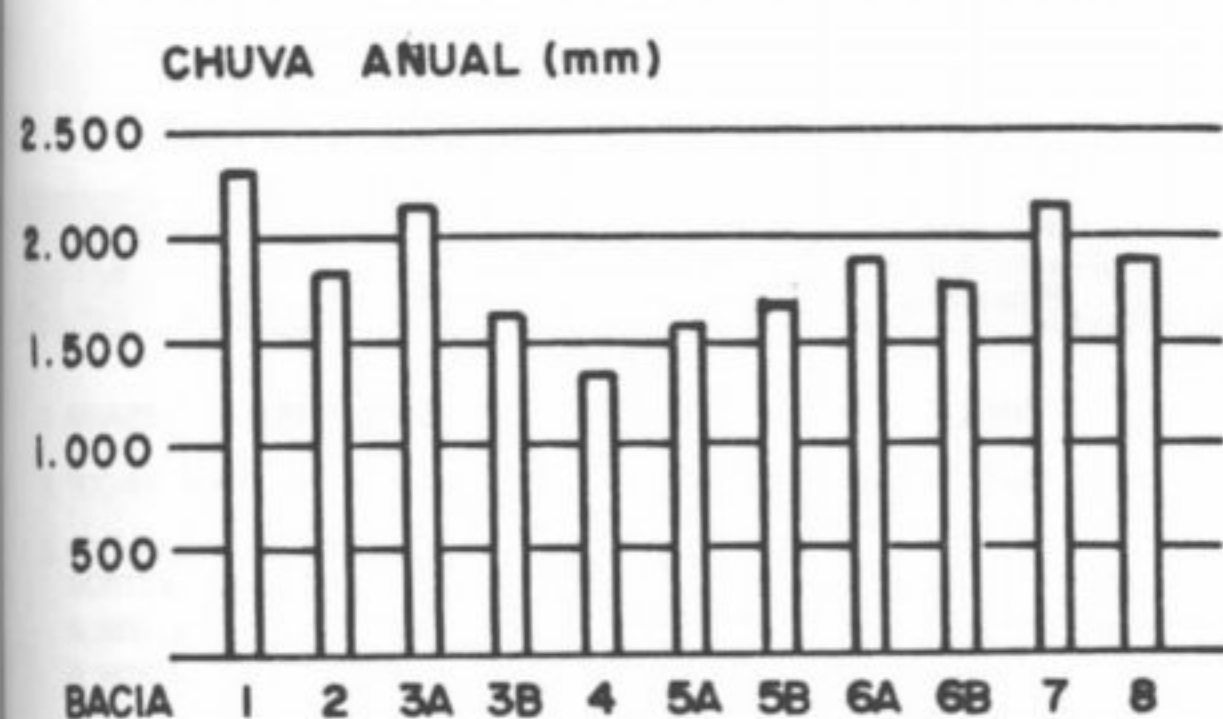


Fig. nº 19 - Distribuição média espacial das águas.

Fonte: BRASIL. Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia. Atuação 1979-1985. Brasília, 1985. p.9.

BACIA	ÁREA DE DRENAGEM (mil km ²)	CHUVA ANUAL (mm)	VAZÃO MÉDIA (m ³ /s)	VAZÃO POR UNIDADE DE ÁREA (l/s/km ²)	VAZÃO MÉDIA CHUVA ANUAL
1. AMAZONAS (TERRIT. BRAS.)	3.900	2.250	128.900	33,0	0,48
2. TOCANTINS	757	1.767	11.300	14,9	0,27
3. ATLÂNTICO SUL, TRECHOS NORTE E NORDESTE					
A. NORTE	242	2.137	6.000	24,8	0,36
B. NORDESTE	787	1.122	3.130	4,0	0,11
4. SÃO FRANCISCO	634	987	3.040	4,8	0,15
5. ATLÂNTICO SUL, TRECHO LESTE					
A. AO NORTE DO RIO PARDO (BA)	242	1.015	670	2,8	0,09
B. AO SUL DO RIO JEQUITINHONHA (BA)	303	1.228	3.710	12,2	0,31
6. BACIA DO RIO PARANÁ					
A. PARANÁ (TERRIT. BRAS.)	877	1.437	11.200	12,8	0,28
B. PARAGUAI (TERRIT. BRAS.)	368	1.400	1.340	3,6	0,08
7. URUGUAI (TERRIT. BRAS.)	178	1.700	4.040	22,7	0,42
8. ATLÂNTICO SUL, TRECHO SUDESTE	224	1.482	4.570	20,4	0,43

Tabela 1. Distribuição média espacial das águas.

Fonte: BRASIL. Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Minas e Energia. Atuação 1979-1985. Brasília, 1985. p. 8.

relação à auto-suficiência energética. Para esse propósito, o aproveitamento hidrelétrico, renovável, torna-se cada vez mais importante para o Brasil, cujo potencial hidráulico inventariado equivale a seis milhões de barris de petróleo por dia, aproximadamente o dobro do consumo total de energia no país (11:11).

O crescente aumento do consumo hidrelétrico, apesar de que em 1985 o aproveitamento hidráulico tenha chegado apenas a 18% do potencial, tem sido compensado pelo crescimento da produção²².

A navegação fluvial apresenta vantagens quanto a custos de combustível para propulsão e também quanto à possibilidade de melhor uso do espaço por unidade de meio de transporte. Isto quer dizer que os navios podem transportar mais carga por unidade de dispendio de energia propulsora, a mais baixo preço, que trens e caminhões²³. Assim, o DNAEE reconhece que "a navegação interior é a melhor forma de transportar, em longos percursos, grandes quantidades de carga de baixo valor específico, como minérios, produtos agrícolas, combustíveis, fertilizantes, materiais de construção, etc." e, por isso, considera que a utilização desse meio de transporte será bastante intensificada nas próximas décadas (10:4); parece-lhe, no entanto, que a melhor forma de sua viabilização seja o "sistema intermodal", utilizando-se a hidrovia em associação com a ferrovia e a rodovia, para redução de custos (11:12).

Não se observa muito entusiasmo dos nossos geopolíticos quanto ao uso dos cursos d'água. Excetue-se Mário Travassos, que sem dúvida pensou com maior cuidado na articulação entre as diversas modalidades de transporte; seu interesse de apresentar opções de ligação, principalmente ferroviária, com a bacia amazô-

²²Ver Figura 20

²³VIANNA, Fernando L. Barbosa. Aspectos relativos ao setor hidroviário. Brasília, Empresa dos Portos do Brasil S/A - Portobrás, 1986.

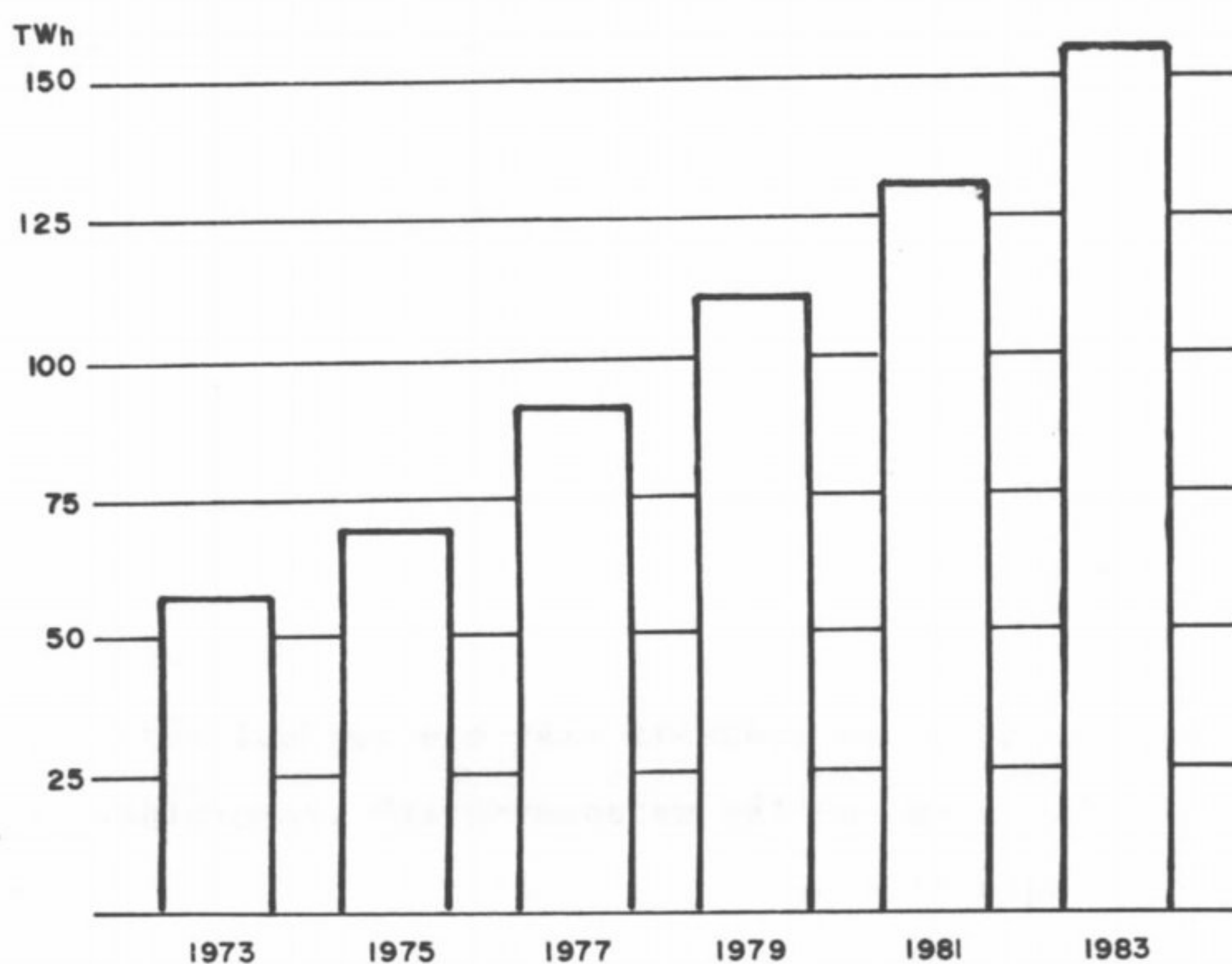


Fig. nº 20 - PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRÁULICA

Fonte: BRASIL, Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia, Atuação 1979-1985. Brasília, 1985. p. 11.

nica visava à neutralização da supremacia platense (48:66).

Meira Mattos, por exemplo, mesmo quando persegue uma geopolítica amazônica, vê-se forçado a afirmações do tipo: "A mais atrasada das frentes de penetração é a formada pelo enorme arco fronteiriço que vai dos limites de Roraima até os limites de Rondônia... Aí não há um sistema de estradas; os cursos d'água terão ainda que servir de principal meio de articulação..."(32:96) [o grifo é nosso] .

O meio fluvial tem que ser considerado, na Amazônia, uma das vias necessárias, possivelmente a principal, embora não certamente a única. Lembramos que a navegação interior é otimizada pelas nações desenvolvidas, como os Estados Unidos, a União Soviética e diversos países europeus.

Zaven Boghossian é um dos articulistas do "Panorama do Poder Marítimo Brasileiro", onde alinha projetos de construção de terminais no Amazonas e em seus afluentes, além de tratar de outras atividades do DNPVN, que dirigia em 1972 (5:357). Passaram-se quase três lustros e o país cresceu. As perspectivas são hoje mais ambiciosas. Mas permanecem válidas muitas de suas idéias de então, como a dos grandes comboios para transporte de minérios, hoje em uso; e ainda por executar as ligações de rios como Paraguai-Araguaia, Paranã-São Francisco, Paraguai-Guaporé, Paranã-Paraguai, Itapicuru-Parnaíba e Ibicuí-Jacuí, sugeridas pelo autor (5:374)²⁴.

A questão da pesca interior é de difícil diagnóstico, tendo em vista a extrema carência de dados. Alguns estudos de produção máxima sustentável restringem-se a ambientes artificiais, como represas e açudes. Em 1976, estimou-se em 123 mil toneladas o potencial dos 46 maiores reservatórios de barragens hidrelétricas

²⁴ Numa das entrevistas que apresentamos neste trabalho, feita com o Diretor do Departamento Nacional de Vias Navegáveis, aparecem opções de articulação hidroviária das várias regiões do país.

e em 8,9 mil toneladas o de oito dos maiores açudes nordestinos (60% da produção em 1980 dos açudes sob jurisdição do DNOCS)²⁵.

(14)

Condicionando a pesca nas águas interiores, e com reflexos nos ecossistemas estuarinos, o problema da poluição ganha proporções de calamidade, e por isso demanda uma vontade política para seu encaminhamento e solução.

SEÇÃO III - O OCEANO E A PLATAFORMA CONTINENTAL

O interesse pelos oceanos está presente em Mário Travassos, apesar do fundamento "continental" de sua obra. Persegue Travassos as articulações com o Pacífico e com o Atlântico; dedica-se a discutir o papel funcional dos nossos portos (48:208) e preocupa-se, também, com as comunicações pelo mar: "Amarrando-os, como poderoso ímã, nosso litoral se arqueia segundo os segmentos balizados respectivamente pelos portos de S. Francisco-Santos, Rio-Salvador, Natal-Belém, oferecendo assim três superfícies de contato aos feixes de circulação marítima do Atlântico Sul" (48:162).

Meira Mattos percebe que "a realidade que o Brasil defronta hoje não é mais a da África longínqua, mas a de uma África próxima, com acesso mais fácil do que a fronteira amazônica com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia" (33:88). Valoriza as grandes linhas essenciais ao comércio do Brasil pelo mar (33:87), o que também faz Everardo Backheuser: "o mar é o caminho de ligação para todos os demais países da Terra logo que também banhados pelo salso elemento" (2:190). O litoral, para Backheuser, é um "elemento de específicas qualidades econômicas... pelos portos que possua, pela pesca que enseje, pelo sal e outros produtos que dele se extraiam, pela qualidade terapêutica de suas águas, ... para nataçãõ e esportes" (2:192).

²⁵ Informação pessoal de Antonio Carlos Diegues, Consultor da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Já Golbery tem interesse voltado preferencialmente para a segurança, o que o situa muito mais na área estratégica do que na geopolítica. Em seus escritos das décadas de 50/60, preocupava-se em definir um "hemiciclo interior", de raio médio de uns 10.000 Km, dentro do qual analisava as possíveis ameaças ao Brasil: revelava a inexistência de ameaça proveniente da África Ocidental, "por ausência de potencial de agressão", e a impossibilidade de enfrentar os Estados Unidos, "por excesso desproporcionado de um poder, contra o qual não haveria como opor-se" (20:80).

O seu "hemiciclo exterior", ele o decompunha em núcleos: falava da Europa, na qual incluía a Rússia asiática e o Cáucaso; falava também da Índia e da Austrália/Nova Zelândia; e, finalmente, da "humanidade amarela do Japão e da China a prolongar-se pela Indochina, pela Malásia, pela Indonésia e pelas Filipinas..." As dificuldades que podem provir desse hemiciclo eram enfatizadas pelo autor, que as situava principalmente como originárias do eixo Moscou-Pequim. Contra esse "hemiciclo perigoso" deveria a América do Sul balizar sua defesa com o "hemiciclo interior", o qual a tornaria imune a quaisquer ataques enquanto nenhuma de suas "três massas" estivesse "em mãos de um agressor potencial" (20:82).

Os exercícios de Estratégia feitos por Golbery nem sempre vieram a confirmar-se, na evolução posterior dos acontecimentos políticos internacionais, como pode ser facilmente constatado. Diversas contradições internas, tanto do sistema comunista, quanto do sistema ocidental, assim como outros fatores relevantes de caráter global ou regional, associam-se para justificar a não-ocorrência de suas previsões ou a modificação das condições que as baseavam. Apresentamos, a seguir, três quadros de fatores relevantes que, junto a outros fatos políticos, econômicos e sociais de grande repercussão, alteraram fundamentalmente

as projeções que então eram feitas²⁶.

No período que vai da segunda metade dos anos 50 até os primeiros 80, a Nação brasileira, sob o poderoso influxo do pensamento geopolítico de Paulo de Castro Moreira da Silva, tentou aventurar-se na pesquisa científica além do litoral. A obstinada pregação pelo uso político do oceano, buscando desenvolver uma Oceanografia aplicada que indicasse caminhos para a produção industrial de alimentos, tornou-o uma espécie de Quixote, a lutar contra os moinhos dos ventos "continentais". Sua obstinação, porém, não toldava a aguda observação científica, que o levou a definir em gráficos e números o equilíbrio ótimo entre o esforço de pesca e a produtividade, a medida balanceada entre o lucro oportunista e o benefício real para o país (36:17). O Ano Geofísico Internacional (1957/58) estimularia Moreira da Silva a aproveitar o veleiro e antigo Navio-Escola "Almirante Saldanha" para realizar pesquisas oceanográficas, e a orientar, depois, de 1962 a 1964, sua transformação, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em Navio-Oceanográfico.

Seu interesse pelo mar não se limitava às questões físicas e biológicas, mas fazia-o enveredar pela Química (35:75), pela Geologia e pela Geofísica marinhas (35:83), e por todas as disciplinas que, integradas, vêm formar o imenso mosaico oceanográfico, multifacetado e fascinante. Seu livro mais divulgado, "O Desafio do Mar", termina com a seguinte observação curiosa: "A Nação é feita por piratas e profetas. Mas piratas e profetas, dos bons, geram-nos a Universidade. Somente com bons piratas e bons profetas do mar é que nos apropriaremos desse Mar com uma posse real, profunda, apaixonada, definitiva" (35:113).

Moreira da Silva, todos nós o sabemos, foi realmente, profundamente, o apaixonado Pirata das grandes travessias pionei-

²⁶Ver Figuras 21, 22 e 23.

F A T O R E S	S U B F A T O R E S
Primavera de Praga	- Esmagamento da autonomia tcheca. - Pacto de Varsóvia, instrumento totalitário. - Indiferença à opinião pública mundial.
Sindicato Solidarietà	- Contestação do dirigismo sindical. - Permanência da fé católica. - Solução política temporizadora.
Revolução Cultural Chinesa	- Radicalização ideológica. - Exacerbação do maoísmo. - Camarilha dos Quatro.
Modernização da China	- Queda do maoísmo. - Abertura interna de costumes. - Adoção de alguns parâmetros capitalistas.
Dissidência Soviética	- Atuação dos dissidentes. - Confinamento da oposição. - Participação da opinião pública mundial.
Eurocomunismo	- Pulverização ideológica. - Alianças e divisões entre socialistas e comunistas.
Invasão do Afeganistão	- Aspiração soviética por um porto de águas quentes. - Influência islâmica na União Soviética. - Desgaste soviético.
Conflito Econômico	- Fraca "performance" dos planos agrícolas. - Custo excessivo da segurança. - Centralismo, burocracia, corrupção interna. - Ascensão econômica da Alemanha Oriental. - Empobrecimento de alguns países satélites.

Fig. nº. 21 - Quadro: análise de alguns fatores da realidade contemporânea que modificaram a expectativa estratégica golberyana dos anos 50/60.

I - Contradições do Mundo Comunista.

F A T O R E S	S U B F A T O R E S
Revolução Cubana	- Contestação do imperialismo <u>n</u>or<u>t</u>e-americano. - Presença soviética indireta no Caribe. - Exportação da revolução comunis<u>t</u>a.
Independência de Angola	- Fim do colonialismo português. - Ascensão de governo marxista. - Presença militar cubana.
Revolução Sandinista	- Atração pelo modelo cubano. - Engajamento norte-americano na ajuda aos "contra".
Radicalização do "Apartheid"	- Condenações formais e apoios <u>v</u>elados. - Massacres de negros e de brancos. - Concessões internas e recrudescimento da oposição.
Autoritarismos pró-ocidentais	- Ascensão de Pinochet no Chile. - Queda de Ferdinand Marcos nas <u>F</u>ilipinas. - Queda de "Baby" Doc no Haiti.
Guerra do Vietnam	- Envolvimento chinês. - Desgaste norte-americano. - Complexidade do Sudeste Asiático.
Guerra das Malvinas	- Projeções colonialistas sobre a Antártica. - Conflito armado entre duas importantes nações ocidentais. - Militarização do Atlântico Sul.
Conflito Norte-Sul	- Ascensão política do Terceiro Mundo. - Neocolonialismo. - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
Conflito Econômico	- Crise do modelo econômico mundial. - Crise do petróleo. - Dívida externa dos países latino-americanos. - Ascensão econômica do Japão.

Fig. nº. 22 - Quadro: análise de alguns fatores da realidade contemporânea que modificaram a expectativa estratégica golberyana dos anos 50/60.

II - Contradições do Mundo Ocidental.

F A T O R E S	S U B F A T O R E S
Valorização da Antártica	- Disputa entre territorialistas e não-territorialistas. - Perspectivas de exploração de grandes reservas minerais, energéticas e pesqueiras. - Posição estratégica excepcional, dominando continentes e oceanos austrais.
Opinião pública	- Maior participação e maior importância política da opinião pública mundial. - Fantástico desenvolvimento das telecomunicações.
Nações Unidas	- Perspectivas de maior legitimação. - Ascensão das novas nações. - Isolamento político das posições de força.
Terrorismo internacional	- Atuação das organizações palestinas. - Exportação do terrorismo árabe. - Reação norte-americana.
Importância dos oceanos	- Valorização da rota do Cabo. - Deslocamento para o Pacífico de grandes interesses estratégicos. - Exploração e exploração de recursos do mar.
Corrida espacial	- Universalização do conflito leste-oeste. - Sistema de defesa norte-americano. - Uso militar do espaço.
Contradições do Brasil	- Projeção como economia exportadora. - Maior dívida externa do mundo. - Dívida social e déficit público.

Fig. nº. 23 - Quadro: análise de alguns fatores da realidade contemporânea que modificaram a expectativa estratégica golberyana dos anos 50/60.

III - Outros Fatores Relevantes.

ras, e o definitivo Profeta de nossa maritimidade.

As nações civilizadas vivem hoje um período de transição quanto ao regime jurídico do oceano, das plataformas continentais e dos fundos marinhos. Os condicionantes dessa transição derivam do grande espectro de transformações políticas, econômicas e sociais do mundo contemporâneo, e nenhum país, por mais poderoso que seja, ficará impunemente alheio às novas concepções de uso do mar.

Em 1967, por proposta do Representante de Malta nas Nações Unidas, levantou-se a questão da necessidade de criar um instrumento jurídico para regular a administração dos fundos oceânicos. Três anos mais tarde, a Assembléia Geral, pela Resolução 2749 (XXV), consagraria, solenemente, o princípio de que "os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites da jurisdição nacional, bem como os respectivos recursos, são patrimônio comum da humanidade e... a exploração e o aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados" (18:29) [o grifo é nosso] .

É fato que essa definição peremptória marca uma consciência absolutamente nova da necessidade de participação de todos os povos em riquezas que, de outro modo, seriam exploradas sempre pelos detentores do Poder Mundial, em seu próprio benefício. Mas também é verdade que permanecem vivos nas relações internacionais os métodos que os imperialismos de todos os matizes desenvolvem para perenizar princípios de hegemonia.

Desde a resolução de 1970 até a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, buscaram-se fundamentos e formularam-se conceitos de uso do oceano, com vistas a preservar uma ordem econômica internacional justa e equitativa. A Convenção, adotada em dezembro de 1982, representa hoje um consenso de 159 assinaturas e 23 ratificações. Medidas unilaterais de anexação de faixas

marítimas contíguas de 200 milhas, tomadas como defesa contra o avanço das grandes corporações e das superpotências, receberam uma apropriada legitimação, conservando-se o essencial. Integrava-se o conceito de "direito de soberania" a um mais amplo requisito de responsabilidade internacional, em que o possuir não impede o compartilhar. As nações sem litoral, tidas anacronicamente como de "maritimidade zero", beneficiavam-se da nova ordem e passavam a aspirar a uma justa participação no patrimônio comum.

Imensas dificuldades ainda devem ser enfrentadas, entre as quais se alinham: a não adesão dos Estados Unidos, do Reino Unido e da República Federal da Alemanha; as penosas e complexas negociações em torno do estabelecimento de uma Empresa e de uma Autoridade para gerir a exploração e a exploração dos fundos marinhos; o lento processo de ratificação da Convenção.

Tudo leva a crer, porém, que existe no universo jurídico uma nova Lei do Mar, cuja vocação é afirmar-se como consenso. Sua maior fraqueza é também sua maior força: a uníssono na vontade dos países de menor poder de escudarem-se no direito contra a cobiça dos poderosos.

De todas essas realidades atuais, ressaltamos o fato de que o Brasil emerge num contexto internacional competitivo, em que os países centrais detêm as rédeas da Revolução Tecnológica. Nem por isso deixa de buscar os seus próprios caminhos, tantas vezes difíceis, mas fascinantes. Para lá dos "hemiciclos" de Golbery e sob a "espada de Dâmocles" do equilíbrio nuclear, vai-se fazendo Nação ativa, como nos sonhos de José Bonifácio, e perseguindo, tenazmente, seu destino de independência.

Além dos ideais hoje quase românticos de Paulo de Castro Moreira da Silva, o país redescobre no horizonte motivações

concretas de novas trilhas, para incorporar os imensos recursos do oceano e da plataforma continental à nossa realidade política, econômica e social²⁷:

- para a delimitação da margem continental, que se avizinha como obrigação decorrente da Convenção do Direito do Mar;
- para a evolução tecnológica na exploração e na exploração de hidrocarbonetos no leito marinho;
- para o conhecimento dos processos de quimiossíntese, que cobrem "o abismo entre o mundo inorgânico e o mundo orgânico", no domínio das profundidades abissais (39:279);
- para a compreensão dos movimentos físicos do oceano, de suas relações com a atmosfera e de suas consequências sobre o clima;
- para a utilização de sensores remotos e de plataformas de coleta de dados, como instrumentos de pesquisa e previsão;
- para a exploração e a exploração de nódulos polimetálicos;
- para a medida do potencial pesqueiro nacional, com vistas à alimentação do povo e à exportação; e
- para uma política de conservação e preservação dos ecossistemas litorâneos, costeiros e oceânicos, sem prejuízo do desenvolvimento.

SEÇÃO IV - CONCLUSÃO

A formulação estratégica golberyana e o complemento proposto por Meira Mattos, apresentados no Capítulo 2, têm sido e continuarão sendo direções válidas. Não se pode, no entanto, deixar de incorporar à atualidade geopolítica brasileira os dois conjuntos que detidamente analisamos neste Capítulo, a malha hidroviária e o binômio oceano-plataforma continental. Para o desenvolvimento de novas estratégias de utilização de tais conjuntos, de

²⁷ BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Plano Setorial para os Recursos do Mar. Brasília, 1986.

fundamental importância estrutural, devem ser consideradas três funções geopolíticas:

1. Viária

- em conexão com a função energética, há que desenvolver as capacidades da malha hidroviária, seja promovendo a ligação de bacias, seja pela construção de eclusas²⁸. O desenvolvimento da navegação em rios deve passar, também, por uma política de terminais e embarcações, e articular-se numa estrutura multimodal;

- o atendimento às necessidades de comunicação inter-regional e internacional supõe uma política de portos e de construção naval compatível com a demanda sempre crescente do comércio exterior e nacional, bem como a racionalização da cabotagem, como opção para o fluxo inter-regional e o turismo.

2. Energética

- envolve um nível de aproveitamento ótimo de recursos hídricos, com vistas à produção hidrelétrica, harmônico às políticas de colonização e de irrigação;

- considera a necessidade de aproveitamento econômico do potencial de hidrocarbonetos na plataforma continental; demanda também o desenvolvimento da prospecção geofísica e da exploração em água profunda.

3. Captação de recursos naturais

- sem esquecer a obtenção de recursos minerais do fluxo dos rios, ênfase especial deve ser dada ao aproveitamento do grande potencial pesqueiro das águas interiores;

- excetuada a utilização de hidrocarbonetos, que constitui uma função à parte, levem-se em conta não só os recursos minerais do solo e do subsolo marinhos, mas também o potencial

²⁸ BRASIL. Empresa de Portos do Brasil S/A - Portobrás, do Ministério dos Transportes. Hidrovia Tietê-Paraná. Brasília, 1986.

pesqueiro das águas sob jurisdição nacional.

Há também que referir, no tratamento desses dois conjuntos, as atividades concorrentes na zona de interação do mar com o continente, cuja problemática específica tem exigido de autoridades governamentais, em quase todos os países, ações coordenadas de gerenciamento²⁹. Tais atividades demandam um grande esforço de controle de poluição, notadamente por agrotóxicos, na malha fluvial, para evitar as drásticas consequências sobre o ciclo vital dos estuários; esforço que se estende à conservação dos ecossistemas costeiros, litorâneos e oceânicos, visando à manutenção da flora e da fauna.

Uma conveniente política de ciência e tecnologia (C & T) acompanha todos os passos da estratégia proposta, de modo especial para exploração energética e captação de recursos vivos e não-vivos³⁰.

Anexamos ao nosso trabalho entrevistas realizadas no Departamento Nacional de Vias Navegáveis, do Ministério dos Transportes (Anexo A), no Departamento de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia (Anexo B), e com o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Anexo C), com o propósito de alinhar informações sobre uma geopolítica hidroviária, uma geopolítica hidrelétrica e uma geopolítica de recursos marinhos.

²⁹Ver referência sobre este assunto no Capítulo "On the nature of marine science", do estudo prospectivo para o ano 2000 da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (27:15).

³⁰Ver Figura 24.

FUNÇÕES CONJUNTOS	VIÁRIA	ENERGÉTICA	CAPTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
MALHA HIDROVIÁRIA	Ligação de bacias.	Aproveitamento hidrelétrico ótimo.	Aproveitamento do potencial pesqueiro.
	Construção de eclusas.		
	Política de terminais e embarcações.	Harmonização das políticas de colonização e irrigação.	Aproveitamento dos recursos minerais.
	Articulação intermodal.		
	Controle de efluentes e gerenciamento costeiro.		
	Política de C & T		
OCEANO-PLATAFORMA CONTINENTAL	Política de portos e de construção naval.	Aproveitamento ótimo de hidrocarbonetos.	Aproveitamento do potencial pesqueiro.
	Aproveitamento racional da cabotagem.	Prospecção geofísica e exploração de água profunda.	Aproveitamento dos recursos minerais.
	Controle da poluição e gerenciamento costeiro.		
	Política de C & T		

Fig. nº. 24 - Quadro: estratégia de valorização hidroviária e oceânica.

UMA GEOPOLÍTICA HIDROVIÁRIA³¹

Brasília, 30 de junho de 1986.

— Quais as principais deficiências na administração do transporte hidroviário interior?

— Não há integração dos setores que lidam em recursos hídricos, que são órgãos federais, estaduais e municipais; não existe uma consciência da necessidade de utilização do transporte multimodal, nem uma tradição hidroviária no país; não há um Plano Diretor Hidroviário nem planejamento setorial que contemple o pensamento da sociedade e, por isso mesmo, não existe participação do setor no planejamento a nível nacional; quanto a recursos financeiros, além da falta crônica³², há sempre incerteza sobre a continuidade de vinculação de verbas e muitas vezes incompatibilidade entre a liberação e o regime hidrológico, isto é, as verbas chegam em período de cheia, quando é impossível trabalhar; os recursos humanos são escassos e nem sempre qualitativamente satisfatórios; há, ainda, carências tecnológicas, e a legislação pertinente é incompleta.

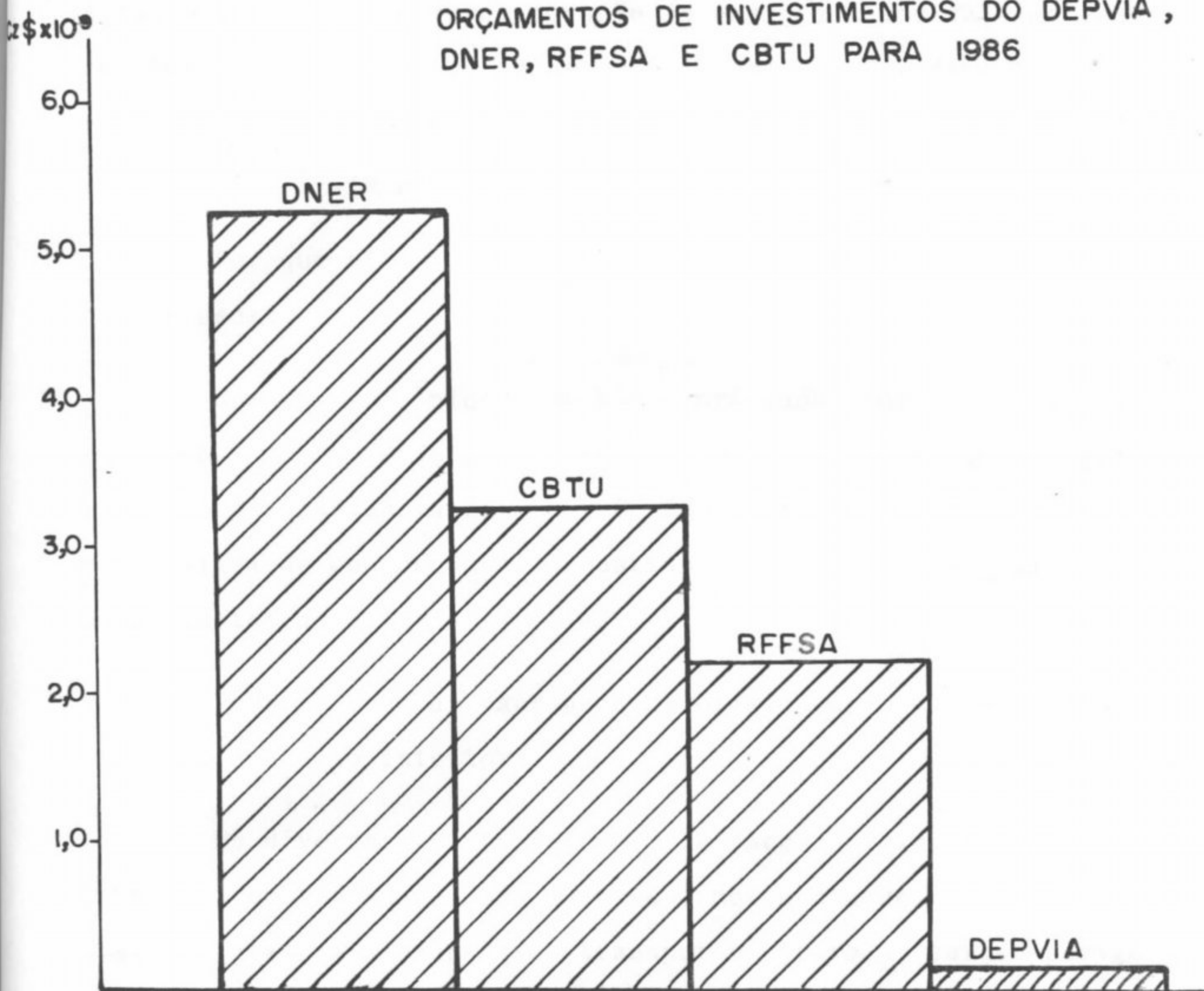
— Que outros fatores inibidores do desenvolvimento hidroviário o Sr. poderia indicar-nos?

— A deficiência da infra-estrutura hidroviária, isto é, das vias e dos terminais, está associada à inexistência de mecanismos que possam assegurar sua administração e a dos meios de transporte do setor, em nível aceitável. A falta de consciência hidroviária, de que já falei na resposta anterior, tem algo a ver com a insegurança das embarcações hoje em uso nas diversas bacias,

³¹Entrevista com o Diretor do Departamento Nacional de Vias Navegáveis, Dr. Fernando L. Barbosa Vianna.

³²Ver o histograma comparativo da Figura 25.

FIG. Nº25- HISTOGRAMA COMPARATIVO ENTRE OS ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS DO DEPVIA, DNER, RFFSA E CBTU PARA 1986



Fonte: Departamento Nacional de Vias Navegáveis.

que conduzem normalmente clientela de baixa renda, muitas vezes de forma imprópria.

— Quais são os usos possíveis dos recursos hídricos?

— Apenas para citar os de reconhecida importância: abastecimento urbano, rural e industrial; irrigação e usos agropecuários; pesca e agricultura; geração de energia elétrica; navegação interior; recepção e transporte de esgotos devidamente depurados; melhoria da qualidade de vida, como lazer e recreação, além de valorização paisagística e turismo.

— Por que não se exploram eficazmente, no Brasil, esses múltiplos usos?

— Como os múltiplos usos são coordenados por múltiplas autoridades, pertencendo a diversos ministérios, julgo que a primeira razão da ineficácia do setor é não existir uma entidade supraministerial de coordenação; as outras razões já foram listadas em respostas anteriores.

— Poderia indicar vantagens da utilização racional do transporte hidroviário interior?

— Há diversas, entre as quais destaco: permite emprego de comboios com liberdade de transbordo, movimento de grandes toneladas a grandes distâncias e transporte seguro de cargas perigosas; viabiliza deslocamento de cargas de baixo valor unitário e grandes volumes; o custo de implantação é muito inferior ao dos outros modos de transporte, assim como o custo do próprio transporte; é, internacionalmente, o transporte de menor índice de acidentes fatais; além disso, não impede outros modais e não interfere com o tráfego urbano.

— Os países desenvolvidos valorizam o transporte hidroviário interior?

— Sem dúvida alguma. Os Estados Unidos cuidam com empenho de sua malha hidroviária. Possuem canais, sejam de ligação interbacias, como o Tennessee-Tombigbee, sejam de ligação interoceânica, como o da Flórida, e utilizam largamente as articulações intermodais; a União Soviética possui um amplo sistema de interligação flúvio-marítima, com os canais de Moscou, Mar Branco-Báltico, Volga-Don; esse sistema comunica o interior do país com o Mar Branco, o Mar Báltico, o Mar Cáspio e o Mar Negro; a rede de navegação interior européia articula diversos países e está também associada a outros modos de transporte.

— Que proposta o Sr. apresentaria para uma gestão mais racional dos recursos hídricos?

— Inicialmente preconizo a criação de um Conselho de Águas, desvinculado de qualquer atuação setorial, com o mandato de gerir os recursos hídricos; seria também necessária a designação específica de um único órgão para administrar o modal hidroviário interior, em face de suas características próprias e do grande potencial de integração econômica e social; julgo indispensável, igualmente, a formulação de um Plano Hidroviário Nacional, inserido na Política de Transportes; uma regulamentação própria e independente do transporte marítimo é outra providência fundamental; finalmente, não se podem esquecer os recursos humanos, tecnológicos e financeiros, institucionais, legais e outros, para desenvolvimento do setor, através do órgão específico.

— Que projetos poderiam viabilizar um maior aproveitamento da malha hidroviária interior?

— Vou mostrar dois desses projetos. O primeiro, da ligação de bacias: Parnaíba-Itapicuru, Paraná-São Francisco, Paraguai-Guaporé, Paraguai-Araguaia, Paraná-Paraguai, Tietê-Paraíba

do Sul e Ibicuí-Jacuí³³; o segundo é o da interconexão fluvial sul-americana, da foz do Orenoco à foz do Prata, utilizando o Negro, o Madeira, o Guaporé e o Paraguai³⁴.

Uma política hidroviária brasileira deve considerar também a construção de eclusas associada ao aproveitamento hidrelétrico. O exemplo típico é o da hidrovia Tietê-Paraná, que numa primeira etapa terá cerca de 1850 Km, indo de Piracicaba e Laras, no extremo leste do Tietê, a Itaipu, no Paraná. A via navegável será composta, em grande parte, de trechos represados do Paraná e do Tietê, resultantes das obras de aproveitamento energético de Itaipu, Jupiá e Ilha Solteira, no Paraná, e de Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, já concluídas, no Médio Tietê, às quais se somarão Ilha Grande e Porto Primavera, no Paraná, Três Irmãos e Nova Avanhandava, no Baixo Tietê, e Santa Maria da Serra, no Piracicaba³⁵. Já foram construídas, simultaneamente com as barragens, as obras civis das eclusas de Jupiá, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, estando as duas últimas com equipamentos eletromecânicos instalados e operando; o conjunto disponível constitui a chamada "Hidrovia do Alcool", de 273 Km de extensão. A instalação prevista de equipamentos nas eclusas de Ibitinga e Promissão permitirá levar a hidrovia a mais 170 Km. O aproveitamento energético e viário completo do Tietê dar-se-á com a conclusão da eclusa de Nova Avanhandava e da barragem e da eclusa de Três Irmãos, além do canal ligando o reservatório desta última barragem a Ilha Solteira, no Paraná. A grande importância da Hidrovia Tietê-Paraná transcende a simples ligação do comércio interior brasileiro, porque viabiliza a articulação de países vizinhos com o terminal marítimo de Santos.

³³Ver Figura 26

³⁴Ver Figura 27.

³⁵Ver Figura 28.

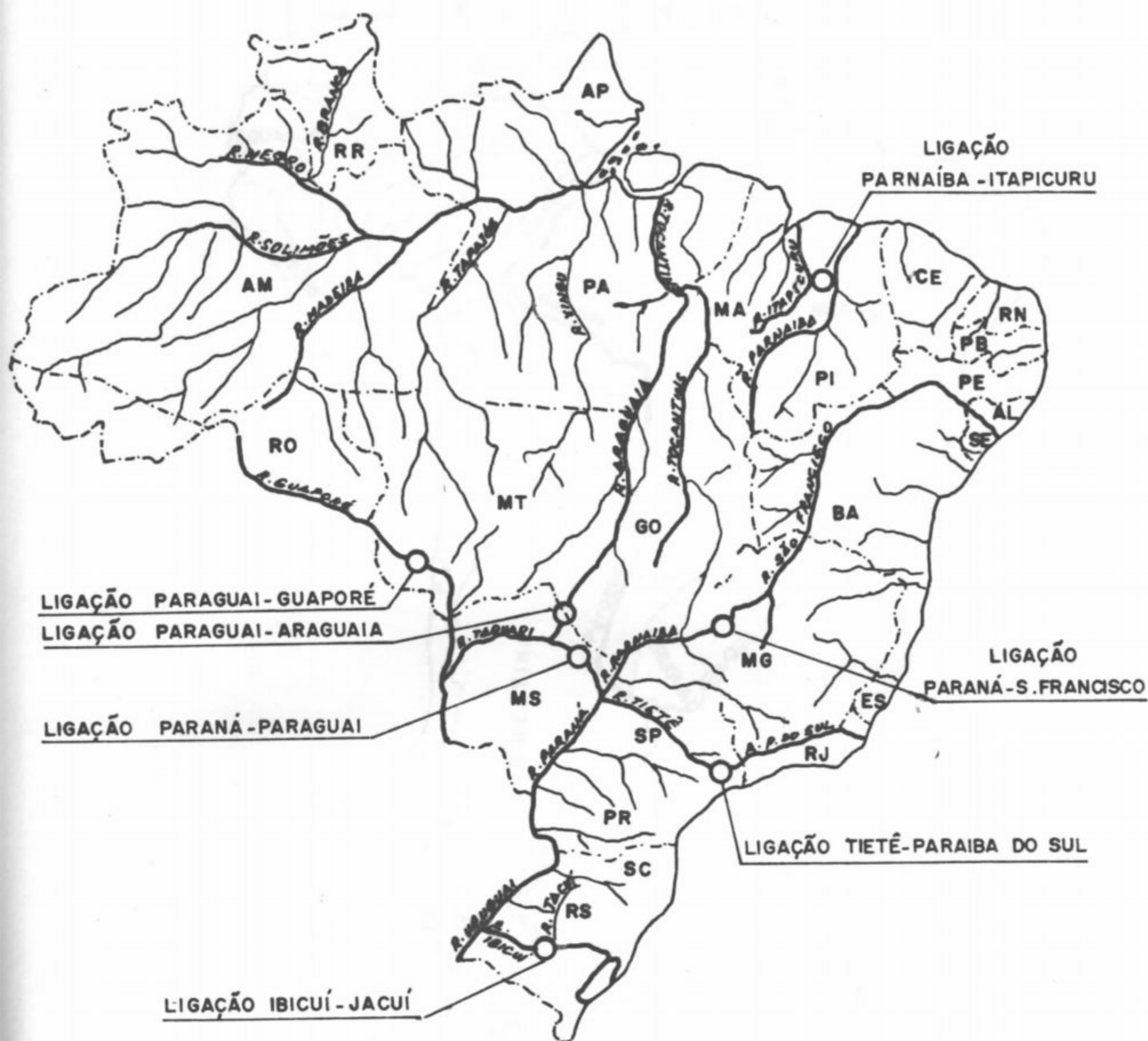


FIG. Nº 26 LIGAÇÕES DE BACIAS

Fonte: Departamento Nacional de Vias Navegáveis.



FIG. Nº 27 – INTERCONEXÃO FLUVIAL SUL-AMERICANA

Fonte: Departamento Nacional de Vias Navegáveis.



FIG. Nº 28 - HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ
(Localização)

Fonte: Departamento Nacional de Vias Navegáveis

UMA GEOPOLÍTICA HIDRELÉTRICA³⁶

— Quais as principais atividades da Divisão de Controle de Recursos Hídricos (DCRH)?

— A DCRH opera a rede hidrometeorológica nacional, com o apoio de oito Distritos do DNAEE, mediante contratos e convênios com outros órgãos. A rede focaliza as oito grandes bacias brasileiras³⁷, e obtém dados de 1600 estações fluviométricas e 1500 de pluviometria. O conjunto de informações constitui uma base para desenvolvimento de projetos ligados a recursos hídricos: há uma "Rede Básica", para a coleta dos dados flúvio/pluviométricos, e uma "Rede Estratégica", que faz o controle quantitativo e qualitativo das principais bacias; estações telemétricas, via rádio, DDD e satélite, transmitem, em tempo real, para previsão de cheias e balanço de disponibilidade. A DCRH coordena, ainda, o Sistema Nacional de Qualidade da Água, que visa principalmente à captação de dados sobre poluição; e o Programa de Avaliação dos Mananciais Hídricos, que tem por finalidade o acompanhamento de alterações nos mananciais mais importantes, tanto quanto à poluição, como quanto a conflitos de uso e recuperação de cursos d'água em períodos críticos.

— Os projetos energéticos não dificultam a navegação hidroviária interior?

— Defende-se uma visão múltipla dos recursos hídricos. Ilha Grande (PR) e Porto Primavera (SP), situadas no Rio Paraná,

³⁶Entrevista com o Dr. Ademir Flores Machado, Chefe de Gabinete do Diretor da Divisão de Controle de Recursos Hídricos — DCRH — do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE — do Ministério das Minas e Energia — MME.

³⁷Mostradas na Figura 18, no Capítulo 3.

a montante de Itaipu, além de inúmeros outros projetos, são apontados como soluções integradas, privilegiando não só a produção de energia, mas também a navegação fluvial.

— Qual o grau de aproveitamento da energia hidráulica no Brasil?

— Constata-se um aumento da participação relativa da energia hidráulica entre as fontes primárias³⁸. Apesar desse aumento, e a despeito das vantagens que apresenta esse tipo de energia — renovável, não poluente, dispensando importações — seu nível de utilização é muito baixo³⁹: o Rio Uruguai, onde se identificam mais de trinta áreas de possível aproveitamento hidrelétrico, ainda não teve concretizada nenhuma usina.

— Historicamente, tem-se apoiado no Brasil o aproveitamento da malha fluvial?

— Não. Há muitos exemplos de desperdício e uso antieconômico de cursos fluviais. A construção da ferrovia Vitória-Minas, por exemplo, paralela e muito próxima a grande trecho do Rio Doce, é um retrato vivo desse desperdício. Tem sido até hoje um incômodo entrave ao alagamento para produção energética⁴⁰.

— Que outros problemas aparecem quando se pretende alagar uma área para aproveitamento hidrelétrico?

— Vou falar somente dos principais. Quando se projeta uti-

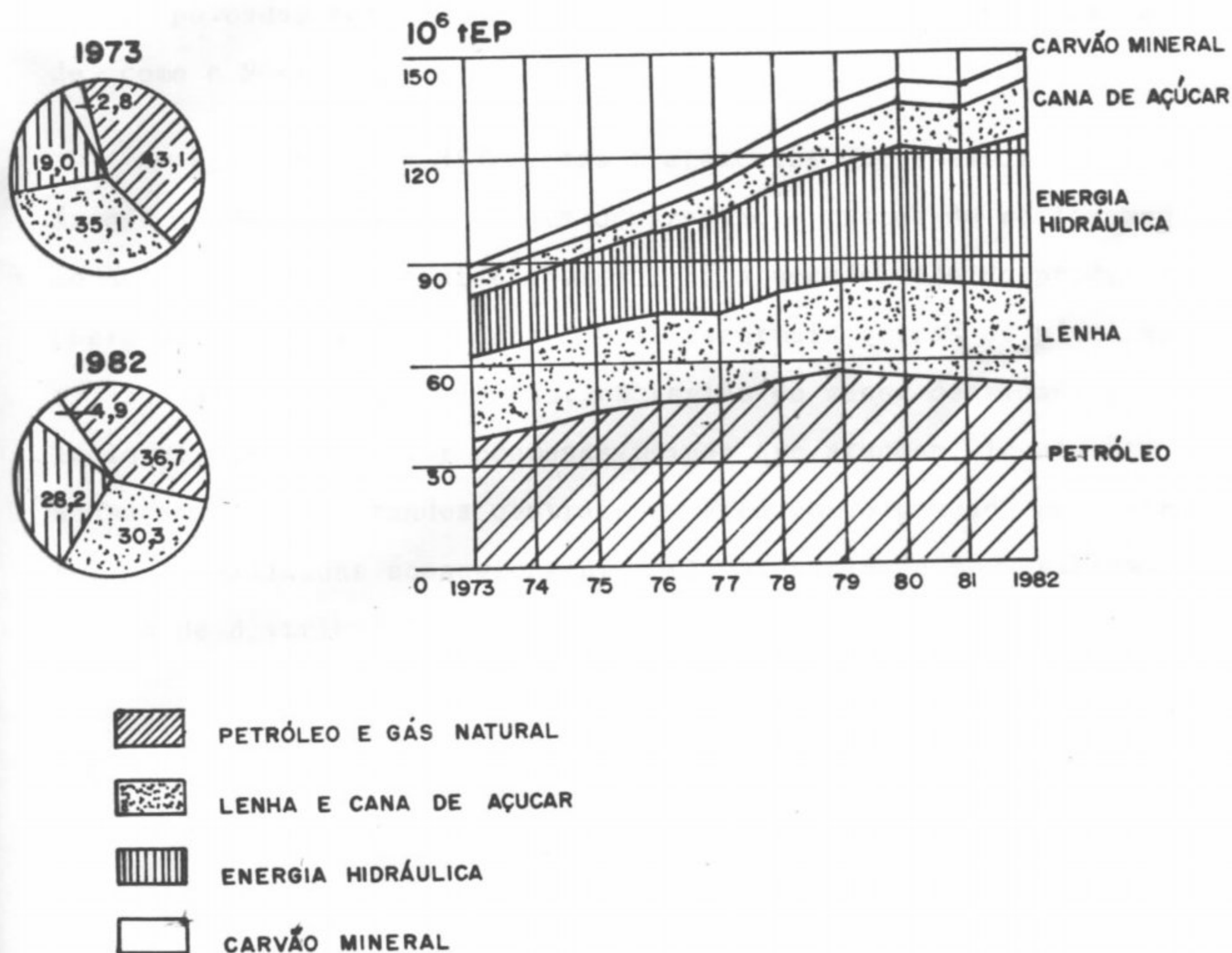
³⁸Ver Figura 29,

³⁹BRASIL, Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia. Atividades da DNAEE no campo da Hidrologia e da Climatologia. Brasília, 1984. p.3.

⁴⁰Como se sabe, essa ferrovia, extremamente cara (falava o Presidente da Rede Ferroviária Federal, entrevistado em recente programa "Bom Dia, Brasil", da Rede Globo, em 2 bilhões de dólares), ainda está inoperante. Construí-la ao lado do curso de um rio navegável é, sem dúvida, uma desastrosa medida.

Fig. nº 28 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO TOTAL DE FONTES PRIMÁRIAS

Fonte: BRASIL. Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia. Atividades do DNAEE no campo da Hidrologia e da Climatologia. Brasília, 1984. Figura 3.



lizar determinado rio ou trecho de rio para produção de energia, aparecem problemas não só como o do Rio Doce, mas também da área social. A ocupação desordenada das margens, quando ainda não se imaginava a necessidade do alagamento, é a principal dificuldade. É o caso de Jequitinhonha, cujo aproveitamento está, até o momento, suspenso, por causa das cidades que o margeiam. E mesmo em rios que não possuem cidades em suas margens há problemas com desapropriações e outras medidas legais, com onerosos desdobramentos.

— Quais são as diferenças de utilização do potencial em áreas povoadas como o Sul/Sudeste e em áreas de menor densidade, como o Norte/Centro-Oeste?

— Resumem-se os diferentes tratamentos entre essas duas áreas: na mais povoada, em que ocorrem hoje riscos de racionamento por deficiência de distribuição, há a necessidade de produzir energia em escala maior para cobrir eventuais quedas de nível devidas a oscilações climáticas; na região de menor densidade populacional, importa criar pequenas usinas que atendam, localmente, à fraca demanda. Grandes centrais em área pouco povoada poderiam ser inviabilizadas economicamente pela necessidade de extensas linhas de distribuição.

UMA GEOPOLÍTICA DE RECURSOS DO MAR⁴¹

Brasília, 1º de julho de 1986

— Pode-se pensar numa geopolítica de recursos do mar?

— Não se tem, historicamente, reconhecido o mar em nosso país por sua importância geopolítica, mas, no máximo, por tratar-se de via de comunicação e, incipientemente, de área de pesca. Na atualidade, as posturas geopolíticas que basearam a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar têm sido perfilhadas, no Brasil, principalmente por quem trabalha na área oceanográfica. Pois a Convenção, curiosamente, não nasceu dos impasses em que se cristalizara a Conferência de 1958, nem das divergências quanto à largura do mar territorial. Surgiu de preocupações bem mais concretas, dos países de menor poder, de preservar os recursos oceânicos do uso privilegiado dos mais desenvolvidos. Transformando em princípio internacional a idéia formulada por Malta, em 1967, e proclamada pela própria ONU, em 1970, de que o alto-mar e os fundos marinhos são patrimônio comum da humanidade, a Convenção oferece ao mundo uma oportunidade ímpar de convivência harmônica, a despeito das dificuldades para sua implantação definitiva. Além disso, consagrando o limite de doze milhas do mar territorial, criando a Zona Econômica Exclusiva até duzentas milhas das linhas de base, e estabelecendo critérios abrangentes para a definição física do limite exterior da plataforma continental, estimula a extensão ao oceano de noções territoriais, antes privativas dos continentes. Surge o "território

⁴¹Entrevista do Contra-Almirante Luiz Phillippe da Costa Fernandes, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM,

marítimo"⁴². Hoje, é absolutamente incompleto um pensamento geopolítico que não contemple o oceano: sua extensão, não só em termos de massa líquida, mas também de plataforma continental; seus recursos minerais, seu potencial pesqueiro. De fato, essa é uma realidade nova para o Brasil, e a ela não estamos acostumados. Basta lembrar que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não dispõe de informações sobre o mar brasileiro como seria de esperar. Outro exemplo: recentemente, a CIRM solicitou aos Ministérios que a constituem (são dez) informações dos interesses de cada um deles, a fim de valorizar, no Plano de Metas do Governo, o setor "recursos do mar"; houve grande perplexidade, poucos souberam o que dizer: não há uma consciência nítida sobre a importância do mar, no Brasil. Temos a esperança de que isso vai mudar. Considerando a Convenção, que possivelmente estará vigorando nos anos 90, teremos de fato uma fronteira marítima a doze milhas do litoral, mas "direitos de soberania" na Zona Econômica Exclusiva e na plataforma continental, a qual poderá atingir limites além de trezentas e cinquenta milhas. Pensamos em reeditar sugestão feita ao IBGE há alguns anos: que, além das regiões continentais, constituídas por critério geográfico (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), passe a existir também a Região Marítima, com suas realidades próprias, dos campos físico, químico e biológico, com suas características geológicas e geomorfológicas e, até, com sua jurisdição peculiar, híbrida de nacional e internacional.

— Que pode adiantar V.Exa. sobre a delimitação da margem continental brasileira?

— Poucos brasileiros já se deram conta de que o país ainda

⁴² Alguns estudiosos julgam que território tem o mesmo radical de terror: seria o espaço onde o Estado exerce "terror".

não tem definida a sua fronteira leste. A demarcação da plataforma continental virá cobrir essa lacuna. O decreto que estabeleceu o limite do mar territorial em duzentas milhas é contestado amplamente pelas nações marítimas, o que o torna inócuo. Manter essa postura será insustentável. O caminho que a Convenção indicou satisfaz o interesse brasileiro, apesar do conceito mais elástico de "direitos de soberania", e garante um consenso no âmbito externo. Pode-se argüir que a Convenção não está em vigor. Eu diria que isto é uma questão de tempo, e que mais ou menos três anos é o que deve demorar o início de sua vigência. A concretização desse fato representará uma grande conquista para as nações não-hegemônicas.

— Os interesses brasileiros na Antártica têm inspiração geopolítica?

— O Brasil demorou a assumir o papel que devia na questão antártica. Entre outras razões menos divulgadas, houve uma omissão proposital, a partir de 1957/58, quando se realizou o Ano Geofísico Internacional, e com isso perdemos a oportunidade de firmar presença no Tratado Antártico desde seus primórdios. A adesão do nosso país é, portanto, mais política que geopolítica. Há que considerar, também, as perspectivas de existência de gás natural, em grande quantidade, e de petróleo, na ordem de 50 bilhões de barris, na plataforma continental antártica, bem como de um potencial de "krill" de cerca de 150 milhões de toneladas, praticamente o dobro do potencial pesqueiro mundial, estimado em oitenta milhões de toneladas. Isso é altamente estimulante para os países-membros do Tratado. Em recente reunião do Grupo de Trabalho de Geologia do "Scientific Committee for Antarctic Research" (SCAR) — neste ano de 1986, o Representante Brasileiro observou a existência de uma grande quantidade de dados sobre sísmica antártica e um inusitado interesse econômico das nações de-

envolvidas. Afirmam-se, sobre o assunto, dois grupos de países: os "territorialistas", como sempre querendo possuir os bens unilateralmente, e os "detentores de tecnologia", capazes de prospectar e definir as áreas e o potencial de recursos antárticos. O Brasil toma, atualmente, a iniciativa de constituir um terceiro grupo, com o Uruguai, a China e a Índia. Esse grupo terá um papel político importante, já que todas as decisões são tomadas por unanimidade.

— A imprensa especializada tem elogiado o Segundo Plano Setorial para os Recursos do Mar (II PSRM). Quais as razões da aprovação desse plano pela comunidade oceanográfica?

— O plano resultou de uma ampla e democrática participação dos profissionais de todos os setores da Oceanografia. Tendo a CIRM encomendado a uma empresa de consultoria, de reconhecida competência, a elaboração de um documento-base, foi possível discuti-lo e modificá-lo em reuniões a que compareceram oceanógrafos físicos e químicos, biólogos, geólogos e geofísicos marinhos, meteorologistas, profissionais de pesca, e outros. As Universidades foram informadas de todo o processo e puderam contribuir, não só por seus representantes, presentes às reuniões, mas também por correspondência oficial. Os órgãos públicos com atuação articulável à oceanografia foram chamados a participar, desde os financiadores da pesquisa até os especializados em recursos minerais, defesa florestal, meio ambiente, e ainda a Petrobrás, a SUDENE, a SUDEPE, a DHN. Por outro lado, o plano estabelece metas perfeitamente definidas para os próximos quatro anos. Creio que o seu sucesso se deve ao fato de que os grupos que trabalham nas várias disciplinas podem alinhar-se sem qualquer dúvida em relação aos assuntos de seus interesses. As instituições que se organizarem dentro dessa perspectiva terão apoio, e as que não o fizerem sentir-se-ão estimuladas a mudar

seus métodos de trabalho. O novo enfoque privilegia os ecos sistemas em sua integridade, expandindo uma postura anterior que focalizava apenas as espécies pesqueiras. Além disso, fica bem claro que nossos programas são de pesquisa aplicada. A pesquisa pura fica por conta do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Recentemente, tive ocasião de ouvir um comentário favorável ao II PSRM, da parte de uma autoridade da área financeira, de que gostaria que existisse também um Plano para Recursos de Terra, naturalmente querendo expressar a certeza de que os recursos conferidos ao nosso plano serão bem empregados. Enfim, acho que se deve ressaltar o grande efeito catalizador do plano, que será explorado com todas as suas implicações, até geopolíticas.

BIBLIOGRAFIA

1. AZEVEDO LEITE, José Guilherme de & OLIVEIRA, Lucimar Luciano de. Manual didático de Teoria da Literatura. Rio de Janeiro, Maria-Nilce, 1972.
2. BACKHEUSER, Everardo. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
3. BARBER, James A. Mahan e a era nuclear. In: ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Estratégia e Geopolítica. Rio de Janeiro, 1978. 1v. LS-III-7801.
4. BOBBIO, Norberto. O significado clássico e moderno de Política. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de introdução à Ciência Política - Política e Ciência Política. Brasília, 1982. 1v.
5. BOGHOSSIAN, Zaven. A navegação fluvial. In: FLORES, Mario Cesar. Panorama do Poder Marítimo brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
6. BOITEUX, Lucas Alexandre. A Marinha Imperial e outros ensaios. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1954.
7. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 5.ed. Rio de Janeiro, Forense, 1983.
8. BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. II Plano Setorial para os Recursos do Mar. Brasília, 1986.
9. BRASIL. Constituição. Constituições do Brasil, 1822-1969. Rio de Janeiro, Aurora, s.d. 2v.
10. BRASIL. Divisão de Controle de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia. Atividades do DNAEE no campo da Hidrologia e da Climatologia. Brasília, 1984.
11. _____. Atuação 1979-1985. Brasília, 1985.
12. BRASIL. Empresa de Portos do Brasil S/A - Portobrás, do Ministério dos Transportes. Hidrovia Tietê-Paraná. Brasília, 1986.
13. BRASIL. Leis, decretos, etc. Projeto de Lei nº 3759/1984. Institua o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Retirado do Congresso Nacional em 1985. Arquivos da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Brasília, 1986.
14. CASTRO, Therezinha de. Atlas-texto de Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Capemi, 1981.
15. _____. Estudos de Geo-História. Rio de Janeiro, Record, 1971.
16. CHAVES DE MELLO, Thomás de Aquino. Teoria geral dos sistemas. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1981. NA-II-8106.

17. CONANT, Melvin A. & GOLD, Fern Racine. A Geopolítica Energética. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.
18. CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Versão em Língua Portuguesa. Com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Mar do Governo da República de Portugal, S.l., 1985.
19. COUTO E SILVA, Golbery do. Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.
20. _____. Geopolítica do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967.
21. DIÉGUES JÚNIOR, Manual. Ocupação humana e definição territorial do Brasil. S.l., Conselho Federal de Cultura, 1971.
22. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. Geopolítica. Rio de Janeiro, 1978. LS7-78.
23. FLORES, Mario Cesar. Conceito e situação brasileira. In: _____. Panorama do Poder Marítimo Brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
24. _____. Geopolítica. In: ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Leituras Seleccionadas - Geopolítica. Rio de Janeiro, 1973.
25. HAUSHOFER, Karl. Poder e espaço. In: RATTENBACH, Augusto B. Antologia geopolítica Pleamar. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
26. HELLION, André. Os grandes espaços econômicos. In: RATTENBACH, Augusto B. Antologia geopolítica Pleamar. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
27. INTERGOVERNMENTAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION. UNESCO. Ocean science for the year 2000. Paris, 1984.
28. LASSWELL, Harold & KAPLAN, Abraham. Poder e sociedade. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de introdução à Ciência Política - autoridade e poder. Brasília, 1982. 2v.
29. MACKINDER, Halford J. Democratic ideals and reality. New York, Henry Holt and Company. Oct. 1947.
30. MAHAN, A.T. The influence of sea power upon History. 25.ed. Boston, Little Brawn and Company, 1918.
31. MEIRA MATTOS, Carlos de. Brasil - Geopolítica e destino. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.
32. _____. Uma Geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
33. _____. A Geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.
34. MIYAMATO, Shiguenoli. Geopolítica - poder e relações internacionais. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 70 (712): 51-71, mar./abr. 1984.

35. MOREIRA DA SILVA, Paulo de Castro. O desafio do mar. Rio de Janeiro, Sabiá, 1970.
36. ———, Usos do mar. Brasília, Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, 1978.
37. OLIVEIRA, José Maria do Amaral. Evolução do pensamento norte-americano e soviético em termos de Poder Marítimo. Rio de Janeiro, EGN, 1986. Conferência proferida na EGN em 15 jul. 1986.
38. OLIVEIRA, Lucimar Luciano de. Zonas de convergência no Atlântico Sul e suas influências no regime de precipitação no Nordeste do Brasil. In: DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Anais Hidrográficos, Tomo XXXVIII. Rio de Janeiro, 1981.
39. RATZEL, Federico. Localização e espaço. In: RATTENBACH Augusto B. Antologia geopolítica Pleamar. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
40. RODRIGUES, José Honório. Vida e História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
41. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. 3.ed. São Paulo, Cultrix, 1971.
42. SEIBOLD, Eugen. Les sciences de la mer à l'aube de l'an 2000. In: UNESCO. Impact - science et société - science et droit international de la mer pour l'homme de demain. Paris, 1985. nº 3/4.
43. SCHILLING, Paulo R. O expansionismo brasileiro (a geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamarati). São Paulo, Global, 1981.
44. SPROUT, Harold. Geopolitical theories compared. In: ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Leituras selecionadas - Geopolítica. Rio de Janeiro, 1973.
45. STOPPINO, Mario. Poder. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de introdução à Ciência Política - Política, autoridade e poder. Brasília, 1982.
46. TAMBS, Lewis. Como o Brasil joga o xadrez político. In: ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Leitura avulsa - Geopolítica e Estratégia. Rio de Janeiro, 1980. LA-III-8002.
47. TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1984.
48. TRAVASSOS, Mário. Projeção continental do Brasil. 4.ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1947.
49. VIANNA, Fernando L. Barbosa. Aspectos relativos ao setor hidroviário. Brasília, Empresa de Postos do Brasil S/A - Portobrás, 1986.
50. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro, 1982.

Oliveira, Lucimar Luciano de

O pensamento dos principais ge
opoliticos brasileiros

2-C-16

DEVOLVER NOME LEIT. (663/87)

10 ABR 87

cc wallace

30 ABR 87

cc wallace

20 JUN 87

XAVIER

14 JUL 88

TAVARES de

29 FEV 89

Adria Lucas

29 JUN 89

Franco CMG PAUL VALENTE

19 SET 89

CMG (AN) ESPOLZEL E. M. J.

20 SET 89

CMG CHARRET

01 MAI 1990

EXV de REGISTROS Y.

12 MAI 1993

cc PÊCAS

20 MAI 1993

Removido

RETIROU EM

NOME DO LEITOR

02 JUN 1993

cc Amoroso

25 ABR 1995

cc Pericles

02 MAI 1996

cc Furioso

05 ABR 2000

cc MOREIRA SURVE

04 MAR 2003

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA			
29 JUN 89			
19 SET 89			
30			
17 AGO 90			
01 MAI 1993			
02 MAI 1993			
20 MAI 1993			
02 JUN 1993			
25 ABR 1995			
02 MAI 1996			
05 ABR 2000			
03 MAI 2003			
30 JUL 2003			



00015680000663

O pensamento dos principais geopolit
2-C-16

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Oliveira, Lucimar Luciano de

O pensamento dos principais geopolíticos brasileiros

2-C-16

(663/87)